PORTUGAL DEMOCRATICO

REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2 — ANO V — N.o 48 — SÃO PAULO, MAIO DE 196 1 — CAIXA POSTAL N.o 4.469

GUERRA COLONIAL EM ANGOLA

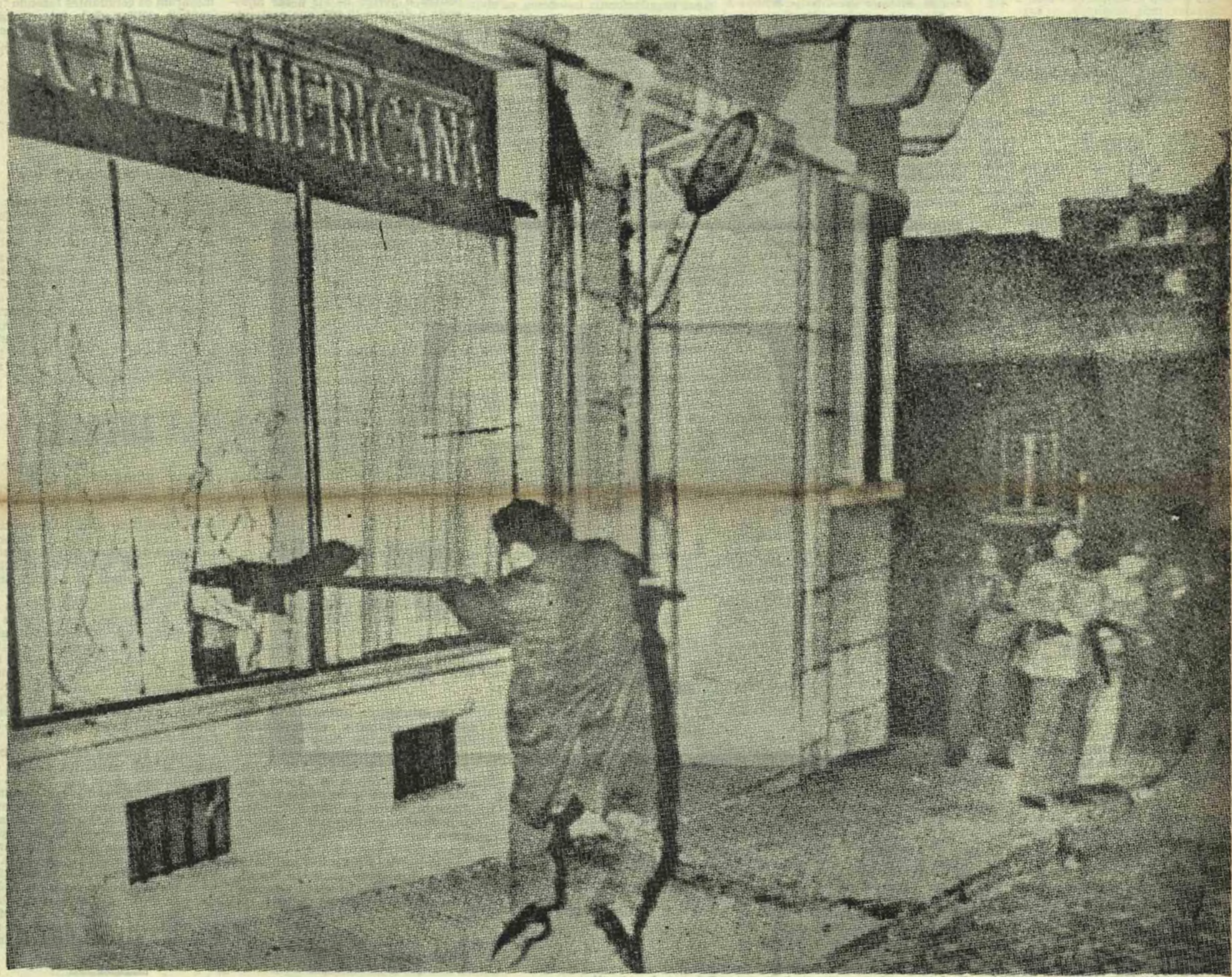

Foto TIME-LIFE

"A polícia lutou denodadamente procurando conter uma multidão, calculada em mais de vinte mil pessoas, que enfurecida pela atitude dos Estados Unidos durante a discussão do problema de Angola na ONU, depredou a embaixada daquele país em Lisboa" (Dos jornais). Esta fotografia mostra a policia de Salazar procurando, a todo o custo, conter a multidão e impedir as depredações.

PELA PATRIA CONTRA SALAZAR

A cooperação de todos os antifascistas portugueses tem aberto diante de si, desde há algum tempo, o campo em que deve dar os resultados para que foi pacientemente reconstruída: o derrubamento do "salazarismo" e a instauração dos direitos fundamentais de cidadania, cujo livre exercício, apenas, permitirá às diversas correntes políticas tomar o pulso do país.

Na verdade, o divórcio cada vez maior e cada vez mais claro entre a política monopolista de Salazar, quer em Portugal quer nas colônias, e os interesses reais do povo português e, até, os dos elementos mais lúcidos das classes abastadas e seus representantes tem levado ao engrossamento incessante das fileiras da Oposição com setores e camadas sociais que há bem pouco ainda se mostravam indiferentes perante o problema político português e, simultâneamente, ao extremo enfraquecimento das forças do regime e ao seu completo isolamento internacional.

A última demonstração daquele enfraquecimento consistiu na recente demissão do ministro da Defesa Botelho Moniz e de todos os altos comandos militares e a melhor prova deste isolamento concretizou-se na atitude marcada pelos atuais governos norte-americano e brasileiro em face da questão colonial.

É preciso, no entanto, não confiar passivamente na autodestruição do governo, por maiores que sejam já as suas contradições internas, nem na orientação anti-salazarista da política colonial das grandes potências do chamado mundo ocidental, de que Salazar pretende ser um submisso e dócil pagem. Atente-se, com efeito, em que o objetivo máximo de todas as possíveis discordâncias entre Salazar e seus acólitos é, por parte destes, a de salvar o "salazarismo" com o sacrifício, SE VERDADEIRAMENTE NECESSÁRIO, do seu chefe; e que a presente política colonial dos Estados Unidos e do Brasil não é dirigida diretamente rontra Salazar mas sim em favor dos povos coloniais, cuja sincera amizade passou a representar para aquelas potências maiores vantagens do que as da amizade desleal de um aliado debilitado e moribundo.

Não se sonhe, por consequência, com golpes de palácio e de espada à cinta nem com excomunhões internacionais que por si próprias provoquem a solução do problema português.

Essa solução só pode vir da convergência das mais diversas forças antifascistas para campanhas que a todas tenham merecido prévio acôrdo, no respeito recíproco e na compatível autonomia das suas organizações e na renúncia a propósitos de domínio personalista ou de grupo, deixando que o evoluir da luta forje os organismos de direção e de execução comuns. São estas as regras por que se deve traduzir uma indiscriminatória cooperação anti-salazarista, tão necessária à nossa luta, e é essa cooperação que tem de obter uma expressão orgânica cada vez mais forte, que permita alcançar pleno êxito nas batalhas que se avizinham. A negociação, leal e franca, sobre iniciativas concretas, por parte de todos os interlocutores de representatividade política, é o caminho a ser percorrido, tantas vezes quantas as necessárias, para fortalecer e exercitar aquela cooperação, única forma capaz de vencer e destruir o fascismo salazarista.

Se todos estamos de acôrdo, do lado de CÁ, como Salazar chegou a concordar, do lado de LÁ, em que "não se pode governar contra a vontade persistente de um povo", é ao povo português, exclusivamente, que cabe encontrar, de harmonia com o que dissemos, as formas válidas de concretizar a sua fome de Democracia e de Liberdade.

PORTUGAL DEMOCRATICO

Personalidades Da Grã-Bretanha Apoiam a Luta Contra Salazar

INGLESES ILUSTRES APOIAM A NOSSA LUTA
(COUNSIL FOR FREEDOM IN PORTUGAL AND COLONIES)

Acaba de se constituir em Londres c COMITÊ PRO LIBERDADE EM PORTUGAL E NAS COLÓNIAS, que inclui Membros do Parlamento e tem o patrocínio de muitas personalidades eminentes nos meios políticos, científicos, literários e artísticos da vida social britânica.

Os membros do Comité são os seguintes:

PRESIDENTE — Sir Leslie Plummer, M. P. (Membro do Parlamento);

VICE-PRESIDENTE — Donald Wade, M. P. e Anthony Wedgewood Benn, cuja renúncia ao título de Lord Stansgate, para continuar como parlamestar na Câmara dos Comuns, está neste momento em causa;

SECRETÁRIA — Sr.ª de Wedgewood Benn;

TESOUREIRO — Derrick Mirfin, membro do Partido Liberal.

Na conferência de imprensa realizada numa das salas da Câmara dos Comuns em 29 de Março passado, foram revelados os seguintes objetivos a que se destina o Comité:

Congregar os amigos da liberdade em Portugal e nas colónias residentes na Grã-Bretanha; colaborar com todos aqueles que, em Portugal e nas colónias, lutam pela liberdade, independência e direitos humanos; organizar um serviço livre e independente de informação, trabalhando por intermédio de todos os partidos no Parlamento e da opinião pública, de maneira a influenciar a política do Governo Britânico no sentido de apoiar os referidos objetivos nas Nações Unidas, na NATO e em outras organizações internacionais.

O Comité tem o patrocínio das seguintes individualidades: SIR RICHARD ACLAND, professor universitário, antigo M. P., publicista e político; KINGSLEY AMIS, professor Universitário, poeta e escritor; LORD ARCHIBALD, do Partido Trabalhista; MALCOLM ARNOLD, músico e compositor eminente; PROF. A. J. AYER, da Universidade de Oxford, filósofo e publicista; MICHAEL AYRTON, pintor, escultor e publicista; PERCY BELCHER; PROF. NORMAN BENTWICH, catedrático da Universidade de Londres, jurista e publicista; MARY BENSON; PROF. J. D. BERNAL, catedrático da Universidade de Londres, membro da Academia das Ciências, físico célebre, publicista e prémio Lénin da paz; LORD BEVERIDGE, jurista, economista, político e sociólogo, autor do famoso PLANO BEVERIDGE e membro do Partido Liberal; PHYLLIS BOTTOME, novelista e conferêncista; SIR MAURICE BOWRA, professor universitário de Oxferd, publicista e crítico literário, presidente da Academia Britânica de Letras; LORD BOYD ORR, sociólogo eminente, que tem dirigido algumas organizações internacionais da ONU; R. W. BRIGINSHAW; FENNER BROCKWAY, M. P. (Trabalhista), presidente do Movimento pela Liberdade das Colónias (Movement for Colonial Freedom), candidato ao Prémio Nobel da paz; PROF. RITCHIE CALDER, catedrático, jornalista e escritor; JAMES CALLAGHAN, M. P. (trabalhista), antigo ministro; BÁRBARA CASTLE, M. P. (trabalhista), política eminente, oradora e publicista; CÔNEGO JOHN COLLINS, ex-professor universitário, presidente da Acção Cristã; BASIL DAVIDSON, escritor e jornalista, autor do livro "African Awakening", GERALD GARDINER, Q.C. (Queen's Counsel), jurista eminente, presidente da Ordem dos Advogados; VICTOR GOLLANCZ, editor e escritor; ANTHONY GREENWOOD, M. P., membro da Comissão Executiva e vice-presidente do Partido Trabalhista; STUART M. HALL; JUDITH HART, M.P. (trabalhista); JOHN HATCH; JOHN HORNER, secretário do Sindicato dos Bombeiros, membro eminente do Partido Trabalhista; BARBARA HEPWORTH, escultora notável com trabalhos nas grandes galerias de arte do mundo; Sir JULIAN HUXLEY, biologista célebre, publicista e escritor, professor universitário, prêmio Newdgate, ex-Diretor Geral da Unesco, Membro das Academias de Ciências Britânira, Francesa e Húngara, Medalha de Darwin da Royal Society; MARGARET STORM JAMESON, escritora de renome; CLIVE JENKINS; F. ELWYN JONES, Q.C., M.P. (trabalhista), membro da Comissão Internacional de Juristas; COMANDANTE SIR STEPPHEN KING-HALL, antigo M.P. (independente); BENN LEVI, dramaturgo de renome, antigo M.P. (trabalhista); HUGH MAC-DIARMID, poeta, escritor e jornalista escocês de grande renome; STANLEY MAYNE; BERNARD MILES, ator e produtor teatral e cinematográfico de grande mérito, fundador do Teatro Mermaid; SPIKE MILLIGAN, cômico da rádio e televisão muito conhecido; NAOMI MITCHINSON, escritor e publicista de mérito, oficial da Academia Francesa; JOHN OSBORNE, dramaturgo eminente, autor de "Look back in anger"; REV. B. E. PEAKE, D.D. (Doutor em Teologia); JOHN PIPER, pintor e escritor de renome; PROF. MICHAEL POLANYI, membro da Academia das Ciências Britânica, professor universitário, sociólogo e economista notável; V. S. PRITCHETT, escritor e crítico, diretor do "New Statesman"; Sir HERBERT READ, poeta e filósofo, publicista; SIDNEY SILVERMAN, M.P. (trabalhista); REV. DONALD O. SOPER, Ph. D. (Doutor em Filosofia), ministro metodista, presidente do Partido dos Socialistas Cristãos; MARY STOCKS, professora universitária, economista e dramaturga de renome; BISPO DE SOUTHWARK; JOHN STONEHOUSE, M.P. (trabalhista), declarado emigrante proibido na Espanha; JEREMY THORNE, M. P. (liberal); VICKY, célebre caricaturista político; PROF. BRUCE WILLIAMS, professor universitário, economista; COLIN WILSON, escritor de renome; JOHN ARLOTT, poeta e membro eminente do Partido Liberal; FRED LEE, M.P. (trabalhista), antigo ministro; JENNIE LEE, M.P. (trabalhista), Diretora do semanário "Tribune", viuva de Aneurin Bevan; MILLES MALLESON, dramaturgo, escritor e ator de renome; DAVID M. MASON; Sir GERALD BARRY, jornalista, co-diretor do "New Statesman", membro eminente dos organismos diretivos da B.B.C. e I.T.V.; RICHARD CHURCH, poeta, novelista e crítico, Membro da Royal Society of literature; ALEC HORSELEY; Sir MEYNELL, escritor e desenhador comercial; DAME ALIX MEYNELL, jurista notável.

O Comitê coopera com: Dr. H. C. Demis, médico em Londres, Presidente da Goa League, que representa as organizações nacionalistas goesas de Goa, Bombaim e África Oriental; Dr. João Cabral, licenciado em Direito (Lisboa), representante em Londres do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Partido Africano de Independência da Guiné (PAI), União Nacional Africana de Moçambique (Mozambique African National Union); Dra. Sacuntala de Miranda, licenciada em Letras (Lisboa), porta-voz do Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra (GPDI).

Na conferência de imprensa, que foi bastante concorrida, compareceram também o Dr. Emídio Guerreiro, que veio expressamente representar o "Comitê para a Defesa das Liberdades em Portugal", organismo de democratas portugueses que funciona em Paris.

No decurso da Conferênria o GPDI forneceu à imprensa o seguinte comunicado:

"O Grupo de Democratas Portugueses na Inglaterra vem de novo chamar a atenção da opinião pública britânica para a extrema gravidade da situação política em Portugal e nas Colônias portuguêsas.

Em Portugal o Governo do Dr. Salazar continua a negar à totalidade dos portugueses os direitos consignados na própria Constituição que outorgou e as mais elementares liberdades políticas. A repressão policial contra os oposicionistas ao regime faz-se com a maior violência; centenas de pessoas, incluindo muitas mulheres, têm sido presas e condenadas, e muitas delas alvo de torturas.

Nas colônias portuguêsas o Governo do Dr. Salazar emprega os piores métodos colonialistas para manter os povos dessas colônias num estado de semi-escravidão. Em Angola as autoridades salazaristas empregam processos terroristas de repressão e lançaram já esse território num princípio de guerra civil.

Em face destes fatos o GPDI reclama insistentemente:

1) A imediata cessação de todo o apoio ou auxílio dado ao Governo Português por qualquer outro Governo, incluindo o Britânico;
2) Anistia para os presos políticos e exilados de Portugal e das colônias portuguesas;
3) Reconhecimento do direito dos povos das colônias portuguesas à autodeterminação e cessação imediata das medidas de guerra civil postas em prática pelas autoridades salazaristas;
4) Realização em Portugal de eleições livres e democráticas.

Lembra-se a todos os democratas portugueses e aos amigos de Portugal a conveniência de manifestarem a sua simpatia e apreço por esta prova de solidariedade dos democratas britânicos. Poderão fazê-lo dirigindo-se à Secretaria do Comitê para o endereço:

374, Grays Inn Road
London, W.C. 1
Telefone: TER minus 1078."

O terror policial contra a democracia

Continuam as prisões em Portugal e colônias. A repressão policial em Angola é severíssima. A guerra colonial desencadeada por Salazar contra o povo angolano é caracterizada — como nem a própria imprensa salazarista tenta ocultar, antes parece vangloriar-se disso — pela matança indiscriminada de nucleos populacionais indefesos, os sicarios da Salazar suspeitam da presença, nesses núcleos de simpatizantes com aqueles que lutam pela independência de Angola. Velhos, mulheres e crianças negras assassinadas, são o rastro deixado em seu caminho pelos sicarios de Salazar. E', a cada momento, mais imperativo, que cesse a agressão salazarista contra o povo angolano.

•

AÇORES — Foi preso em fins de março o conhecido advogado e oposicionista Dr. Godinho Borges. A Pide mostrou-se particularmente violenta no ato da prisão daquele democrata, na inutil tentativa de "assustar" os demais oposicionistas da cidade onde êle reside.

•

MARINHA GRANDE — Êste grande centro industrial do país é sistematicamente alvo das brutalidades dos agentes da Pide,, sendo constantes as prisões de operários suspeitos de antisalazarismo. Recentemente foram presos mais os seguintes democratas: Luiz Manuel Ferreira dos Santos (escriturário), Carlos Alexandre (desenhista) e o advogado José Henriques Vareda Junior.

•

Nas páginas do nosso jornal, dedicadas às colônias, encontrarão os leitores mais noticiário sôbre a repressão.

Os estudantes lutam contra a tirania salazarista

O govêrno fascista tenta a todo custo dominar as Associações Acadêmicas e privar dos seus legítimos direitos os estudantes, mas êstes lutam corajosamente contra tôdas as arbitrariedades salazaristas:

Derrotada a lista fascista da Faculdade de Direito

Nas ultimas eleições para a direção acadêmica da Faculdade de Direito de Lisboa, foram apresentadas duas listas, sendo uma da Unidade dos Estudantes, de que faria parte o estudantes Ramos de Almeida, com 6 anos de cárcere por pertencer ao MUD juvenil, e outra dos reacionários. Apesar da campanha desenvolvida pelo prof. Paulo Cunha, antigo ministro dos Estrangeiros, caluniando os candidatos da Unidade dos Estudantes, esta saiu vitoriosa. O presidente da Lista vencida, apoiado nas forças fascistas, reclamou da validade das eleições, pelo que houve novo sufrágio, do qual saiu novamente derrotada a lista reacionária.

Não querem tutela

A direção da Associação Acadêmica da Faculdade de Ciências de Lisboa, promoveu uma Assembléia Geral para alertar os estudantes contra o perigo de vir a ser aprovado o decreto 40.900, que pretende liquidar as Associações Acadêmicas ainda existentes, retirando-lhes as poucas liberdades de que ainda dispõem, visto quererem instalar tutelas do govêrno. Esclareceu-se nessa Assembléia que foram as grandes manifestações e concentrações de milhares de estudantes que impediram a Assembléia Nacional em 1957 de aprovar o referido decreto, e que, portanto, todos os meios deviam voltar a ser utilizados com o mesmo objetivo.

Estudantes pobres venceram

Para os estudantes do 4, 5 e 6.o anos da Faculdade de Medicina do Porto a frequência às aulas teóricas era voluntária, mas inesperadamente foi tornada obrigatória. Isto impedirá que cerca de 300 esdantes que necessitam de trabalhar nas horas vagas pudessem concluir seus cursos, motivo porque entraram em grave de protesto durante 6 semanas, até que saíram vencedores.

População de Coimbra apoiou greve dos estudantes

Os estudantes universitários de Coimbra, reunidos em Assembléia Magna, decidiram fazer uma greve de boicote aos cinemas, exigindo, além de redução no preço dos bilhetes, que a Gerência do Teatro Avenida apresentasse desculpas aos estudantes que tinha ofendido, tendo a população de Coimbra apoiado a greve.

A greve dos estudantes saiu vitoriosa com a apresentação de desculpas por parte da referida emprêsa e a redução de 3$00 nos bilhetes de entrada.

Luta pela autonomia da casa dos estudantes do Império

Continua a luta pela autonomia da Casa dos Estudantes do Império (C.E.I.), cuja direção foi demitida em 30-12 por portaria ministerial, e foram a proibição de reuniões de substituida por uma Comissão Administrativa, cujos primeiros atos estudantes na sede e encerramento das delegações. Logo que a Direção soube que ia ser destituida, provocou uma Assembléia que durou desde as 14,30 até as 5 horas da madrugada do dia seguinte, e na qual foram tomadas várias medidas, dentre elas um apêlo à Unidade de todos os estudantes.

Apoiando a C.E.I., quase tôdas as Associações Acadêmicas do país subscreveram um texto dirigido ao ministro da Educação Nacional protestando contra mais esta arbitrariedade e afirmando que "os estudantes devem reger-se a si próprios".

Apelo aos estudantes do mundo inteiro

Num manifesto os estudantes das colônias portuguêsas relatam as principais atividades da C.E.I.; desmascaram a arbitrariedade do regime salazarista que, sem invocar quaisquer razões, demitiu a direção eleita, nomeando três funcionários dos Ministérios do Ultramar, da Educação Nacional e da Política Judiciária para uma Comissão Administrativa que entrou em função imediatamente, apossando-se da sede pela fôrça, e encerrando as principais atividades da C.E.I. Terminaram os estudantes fazendo "um apêlo à solidariedade internacional e pondo a sua esperança na concretização da cooperação internacional dos estudantes."

Solidariedade da UGEAN

(Alemanha Ocidental)

A União Geral dos Estudantes da Africa Negra sob Dominação Colonial Portuguesa (UGEAN), com sede na Alemanha Ocidental, emitiu um comunicado assinado pelos srs. Luiz d'Almeida e José Carlos Horta, membros do Comitê Diretor, reforçando o apêlo dos Estudantes das Colônias Portuguesas e "convidando as organizações irmãs a solidarizarem-se com a luta dos Estudantes Africanos em Portugal, vexados por um feroz colonialismo e pelo seu aparelho repressivo fascista".

ANGOLA

Novos agentes da PIDE

— Por acordo secreto, como tantos e tantos, boa parte do material de guerra é depositado nas Missões Católicas para melhor o camuflar, o que foi testemunhado no Enclave de Cabinda.

— No Seminário de Luanda os alunos brancos são quem vigiam os sentimentos nacionalistas dos seus colegas negros, acusando-os, por tudo e por nada, até pela simples inveja do seu aproveitamento escolar. São, sobretudo os manos Custodio e Assunção Gonçalves, Abilio Vieira e Virgilio de Oliveira, este último sobrinho do Prefeito, Afonso da Costa Pereira.

— Julio Patricio de Oliveira confessou a um jornalista branco de Moçambique, num dos bancos do Jardim de Salvador, em Luanda, que os pretos nasceram para serem mandados e nunca para mandar; que o seu criado negro a quem aplicava os piores tratos era o que mais se lhe tinha afeiçoado; que para a crise do Congo encontrava solução, e era que voltasse a ser colonizado, não pela ONU mas pela Alemanha. Isto disse o Professor de Filosofia do Seminário Arquidiocesano de Luanda, e de moral do liceu de Salvador Correia.

Ataques a Alvaro Lins

Recebemos, há dias com data de 31-3-61, mais uma carta do sr. Tomaz Ribeiro Colaço, que é na essência, mais uma série de ataques ao embaixador Alvaro Lins, com o pedido, aliás, a exigência de publicação, porquanto invoca, a Lei de Imprensa.

O nosso jornal não pode servir de tribuna de onde o sr. Tomaz Ribeiro Colaço possa continuar atacando um brasileiro ilustre e a quem os democratas portugueses tanto devem.

Sugerimos portanto ao sr. Tomaz Ribeiro Colaço que procure conseguir a colaboração de "A Voz de Portugal", ou a de "Mundo Português" ou ainda, quem sabe, a de "A Voz", "Novidades", "Diário da Manhã" ou quaisquer outros porta-vozes de Salazar para aquele fim.

De nossa parte abstemo-nos de publicá-la, guardando-a em nossos arquivos para fins convenientes.

Eleições: Batalha Campal Contra o Salazarismo

MANUEL SERTÓRIO

Menos de seis meses nos separam das eleições para a Assembléia Nacional. Mas já três anos se passaram desde que, num esforço árduo para cicatrizar renitentes ferimentos de campanhas fratricidas, se alcançou o acôrdo final dos varios setores oposicionistas para a intervenção nas eleições, com efetiva disputa delas na boca das urnas.

Não se mostrando ainda esgotadas em nosso país as possibilidades de luta legal, o próximo processo eleitoral está naturalmente indicado como o campo de batalha em função do qual deverão operar todas as nossas forças políticas, umas diretamente e outras indiretamente, pois ele permite a movimentação popular que nenhum outro processo de ação oferece.

Claro que as eleições são, nos propósitos bem claros da camarilha salazarista, uma completa **farsa**, desde o imperfeito e falseado recenseamento até ao impedimento de fiscalização legal dos apuramentos, com o fim bem evidente de não permitir aquilo a que desvergonhadamente Salazar chagou de "golpe de estado constitucional".

Mas igualmente claro é que essa farsa contem em si própria os germes da sua negação, pela possibilidade da ação popular destruir um a um os seus maquiavélicos atributos, mediante um recenseamento maciço, unanimidade atuante em torno de candidaturas únicas e em todos os círculos, corajosa fiscalização **de fato** do escrutínio em todas as mesas eleitorais e preparação de **quadros de resistência** aos tripúdios e violências dos agentes governamentais.

Condenar ou desprezar o concurso dos oposicionistas às eleições, não aceitando a luta nas piores circunstâncias como condição para transformá-las a nosso favor, nada mais representa do que um linearismo abstrato, que não toma em consideração o constante devir da realidade política e por isso lhe recusa as potencialidades que a sua compreensão dinâmica permite.

Condenação ou desprezo, aliás, em nome de quê?

Em nome da experiência, invocada por uns?

Nenhuma experiência, no entanto, fundamenta essa posição.

Por um lado, nunca se organizou uma frente eleitoral preparada com a necessária antecipação para intervir nas eleições até final delas e aí reivindicar por todos os meios a sua legalidade, pois até as condidaturas que têm sido sufragadas foram produto inicial da improvização.

Por outro lado, as formas pelas quais se pretendeu concretizar reivindicações e protestos em face dos embustes do governo foram meras tentativas de aproveitamento do rescaldo post-eleitoral para quiméricos "golpes de palácio" ou revoluções militares impossíveis, para uma agitação operária inconsequente por extemporânea ou para movimentos desde logo gorados por falta de unidade, como o malogrado Movimento Nacional Independente.

Ora, o concurso às urnas deve implicar, o que nunca sucedeu até aqui, uma organização política com as ramificações necessárias para que uma enérgica e generalizada reivindicação da legalidade do ato eleitoral possa ter lugar no decurso do escrutínio e, se não antes, também não depois, pois correrá então o risco de nada mais representar a não ser uma platônica política de **lágrima ao canto do olho.**

Há, no entanto, oposicionistas que condenam ou desprezam também o concurso às eleições aduzindo um "esquerdismo" e um "revolucionarismo" em nome dos quais pretendem flagelar o que imaginam ser o "oportunismo" da intervenção eleitoral e da unidade de ação, para isso com todos os anti-salazaristas.

Terão estes razão?
Sem dúvida nenhuma

Se fosse oportunismo o ter a justa noção do possível evoluir da luta no próprio decurso dela e da necessidade, para tanto, de uma ampla cooperação de todas as forças antifascistas, sejam elas ou não conservadoras, como sustenta este "esquerdismo" gratuito, oportunistas teriam sido então, os que substituiram no nosso país a monarquia cabralista pela liberal, quando Casal Ribeiro, antes da Regeneração, falava já em República; oportunistas os que, passados sessenta anos, implantaram a República sem dar ouvidos ao Partido Socialista, que se desinteressava dela alheando-se ao mesmo tempo das massas; oportunistas aos milhões de antifascistas espanhóis que presentemente defendem a "cicatrização" da guerra civil; oportunista, o Kungtchantang ou Partido Comunista Chinês durante a sua aliança com o Kuomintang; oportunista, o Mao da política das "cem flores"; e oportunistas ainda (porque não?), todos aqueles que têm ajudado a construir pelo mundo sociedades socialistas (a cada um segundo o seu trabalho, etc.) em lugar de desde logo terem tentado criar a sociedade ideal (a cada um segundo as suas necessidades, etc.).

Salta aos olhos que esta posição está a pedir, pelo menos, um expurgo...semântico.

Claro que, se não há nenhum "esquerdismo" que brote da sua simples reivindicação, já porque ninguem quer ser hoje da direita já porque o ser-se da esquerda não advem de catalogações abstratas mas sim de posições concretas e realistas, a refazer a todo o momento em face das modificações das condições obejetivas, esta posição não passaria de uma simples **doença infantil do anti-salazarismo** da maior parte dos que a tomam, de perigo endêmico muito reduzido, se não se fizesse acompanhar como sucede, de atitudes que frontalmente se chocam com as exigências práticas da luta do nosso povo pelo derrubamento do fascismo.

Estão neste caso o desprezo pela unidade de ação anti-salazarista e a idéia de que importa criar propositadamente um clima de maior repressão, de que é indiferente provocá-lo seja em que condições fôr, porque maior será então a revolta popular, quando esta afirmação, que em si própria não é verdadeira nem é falsa, pode levar a **dois passos para trás por cada passo para a frente**, inutilizando longos e difíceis esforços de organização,atitude que, afinal faria sua e de mais ninguém a velha política do "quanto-pior-melhor".

O que é preciso fazer do processo eleitoral não é uma ação isolada mas uma autêntica batalha campal, pois é no campo eleitoral que, melhor do que em qualquer outro, se poderá obter o enquadramento e dinamização das massas populares necessários para a ofensiva final contra o salazarismo.

E' para esta batalha que, neste momento, urge criar os instrumentos organizativos que só a cooperação anti-salazarista de todos os portugueses conseguirá moldar.

O problema que se põe, de acôrdo com os ensinamentos das duas últimas eleições, é o de compreender que na Oposição já não pode haver lugar nem para uma **política de legalidade** que não aceite a situação pré-insurrecional que se respira nem para uma **política de ilegalidade** que não tome em consideração as admiráveis possibilidades de movimentação popular oferecidas pelas próximas eleições.

Chegou, ao contrário, a hora da **luta integral e devidamente planejada**, para a qual todos são necessários e na qual todos devem patriòticamente cooperar.

Não se aguarde, porém, que o último paralítico se levante e deambule: a Liberdade espera por nós.

OS TIRANOS NÃO TÊM PATRIA

ADOLFO CASAIS MONTEIRO

Devido a circunstâncias que não vêm ao caso, saltou-me de repente à vista, recentemente, um fato aparentemente estranho mas que, à reflexão, se verifica duma coerência total com a lógica dos acontecimentos políticos: Salazar, e qualquer dos seus, dirigem-se aos portugueses na mesma linguagem dos generais de Hitler nas proclamações dirigidas aos franceses ou aos italianos. E, da mesma forma que as autoridades de ocupação, que começavam por dar doces conselhos, fazer melífluas declarações de amor e pedir espontânea cooperação, para acabar fazendo (e realizando) as ameaças mais assustadoras, também o nosso tiraninho não tem outras claves na sua pauta, passa diretamente de pedir amor a oferecer pancada.

Falo metafòricamente. Salazar não pede amor, pois não sabe o que isso seja; e não oferece pancada, porque isso seria uma declaração sincera, coisa que êle confessadamente rejeita. O que importa aqui é, por um lado, o saltar de um extremo a outro, e por outro a identidade da posição do tirano interno e do ocupante externo. E há uma lição a tirar de ambas as coisas. O acaso nada tem a ver com a coincidência.

O tirano é, na verdade, uma fôrça de ocupação. A esta tanto como àquele, a sua própria comodidade indica, de entrada, o caminho das boas palavras: é muito mais econômico, quando se está em guerra, e se ocupa um país, ficar com as mãos livres para aquela, e ter no ocupado um escravo submisso. Sobretudo quando o ocupante se considera um salvador de tôda a humanidade, como era precisamente o caso de Hitler. Libertador da "raça superior", e, para a inferior, a felicidade de ter tão glorioso senhor. Verificada a inoperância das suaves injunções, a cólera era inevitável: então êstes pigmeus, em vez de estarem contentes por eu os ter libertado da vil condição democrática, rebelam-se contra a glória de serem agora meus súditos? Pois vão morrer todos!! E assim termina o idílio.

Não eram menos idílicas as condições oferecidas por Salazar ao povo português. A sua bondade estava pronta a abrir os braços à passividade lusa. Bastava obedecer: era tão simples! Pois não era êle a verdade e a vida? (já em tempos tive ocasião de pôr em evidência que o tiraninho se julga Cristo em pessoa). Bastava ouvir — e calar. E gostar. Nada mais natural, para êle, que nos vinha "salvar", tanto no sentido financeiro como no espiritual. A falta de receptividade, porém, transformou a bondade em arrocho, sem transição. Esquecendo-se de era Cristo, surgiu como o próprio Javé, fulminando os relapsos, os herejes, os descrentes. Êle não compreendia que não o amassem, pois nunca lhe passou pela cabeça que o amor é uma reciprocidade, e êle pedia o que não dava ao nosso povo, porque nunca o deu a ninguém. O seu coração sêco chamava amor à obediência.

Ora, sem amor, sem compreensão, sem identificação, sem bondade, isto é, sem inteligência e sem coração, qualquer tirano pode ser trocado por outro. Se Portugal tivesse sido governado pelo marechal Stulpnagel, em vez de Salazar, não teríamos sentido diferença. Porque falta, de Salazar para o povo português, o mesmo que do chefe das fôrças de ocupação nazista na França faltava dêle para o povo francês. As declarações amistosas de um e de outro não eram sinceras — por ambos serem estrangeiros. Salazar nunca se preocupou em fazer uma política "para" o povo português, porque o ignorou desde sempre, porque sempre esteve tão longe de lhe querer bem como o alemão referido ao povo francês, que tão generosamente acabou mandando chacinar a esmo.

A linguagem da violência não tem pátria, porque o tirano se coloca fora e acima das leis humanas, julgando-se e proclamando-se em muitos casos — a própria encarnação de Deus. (E nisto, diga-se de passagem, se revela o êrro da Igreja, dando-lhe apoio, em troca de supostos benefícios, quando o menos que poderia fazer seria excomungá-lo como usurpador dos seus direitos, dela Igreja, sôbre as almas). Um tirano é um tirano, não tem pátria, da mesma forma que não tef lei. E' a violência da vontade individual, que se deifica a si própria, como única forma de garantir o seu direito, pois recusa as garantias reais que só a vontade popular lhe poderia dar, as quais, mesmo que lhe fôssem favoráveis, constituiriam para êle uma "opressão" insuportável. Porque o tirano, realmente, não encarna Deus, faz muito mais do que isso: tomo o seu lugar, Deus é êle próprio.

Ninguém pode ouvir a voz de Portugal nos apelos à unidade de todos os portugueses a que o tirano volta agora, no desespero dos seus últimos momentos. E' uma linguagem que êle não sabe falar porque tôda gente sente nas suas palavras o vazio dum coração sêco, duma vontade empedernida. E o resto do mundo só pode ouvir com escârnio essa voz de além-túmulo, em que um dos últimos vestígios do fascismo quer vestir mais uma vez a figura da vovozinha, para comer a menina do chapeuzinho vermelho.

Um grupo de portuguêses de Nova York realizou uma passeata de protesto contra a ditadura fascista de Salazar, sendo posteriormente entrevistados no programa de TV da C.B.S.

Democratas Portugueses Visitam «O Estado de S. Paulo»

Testemunhando a sua gratidão pela solidariedade que os democratas portugueses têm recebido daquele jornal e, particularmente, pelo relevo e apoio moral que emprestou ao caso "Santa Maria", estiveram ali os srs. capitão Henrique Galvão, João Sarmento Pimentel, Francisco Sarmento Pimentel, eng. Ricca Gonçalves e João dos Santos Baleizão, que, em nome de um grupo de democratas lusitanos, ofereceram ao sr. Ruy Mesquita — e por extensão a "O Estado de S. Paulo", um exemplar de uma edição artistica de "Os Lusiadas", ilustrado com iluminuras e desenhos do artista Joaquim Lopes.

Do exemplar consta a seguinte dedicatoria: "A Ruy Mesquita — e por extensão a "O Estado de S. Paulo" — a quem nunca recorremos em vão nas horas mais dificeis da nossa luta diaria contra a ditadura que há tantos anos humilha o povo português, esta homenagem dos seus amigos". São Paulo, 16 de abril, 1961.

A dedicatoria foi assinada pelas seguintes pessoas: general Humberto Delgado, capitão Henrique Galvão, João Sarmento Pimentel, João Alves das Neves, Carlos Maria de Araujo, Carlos R. Valente Cruz, Jorge de Sena, Paulo de Castro, Francisco Sarmento Pimentel, Jorge Fidelino de Figueiredo, Antonio Ricca Gonçalves, João dos Santos Baleizão, Augusto F. Aragão e Santos e Adolfo Casais Monteiro.

A entrega foi feita pelo capitão Sarmento Pimentel, que mais uma vez reiterou os agradecimentos da oposição portuguesa pelo acolhimento e simpatia que a sua causa tem recebido através do "O Estado de S. Paulo". Respondendo-lhe, o sr. Ruy Mesquita disse que não lhe cabia aceitar o agradecimento, porque a atitude daquele jornal em relação à luta dos democratas portugueses pela libertação do seu país filia-se numa tradição que, desde Julio de Mesquita até Julio de Mesquita Filho, sustenta e defende o principio de que só a liberdade é condição da dignidade humana. Aceitava, porém, a oferta, não como tributo de agradecimento, mas como simbolo do eterno vinculo entre portugueses e brasileiros.

Campanha de Auxilio à Familia do Prêso Político

Continuamos recebendo donativos para auxílio às famílias dos patriotas portugueses, encarcerados por haverem dito NÃO à ditadura fascista de Salazar.

Até esta data recebemos as seguintes importâncias:

Saldo anterior	10.550,00
Rosmarie Lutold	100,00
Lenine Alexandre	200,00
Avelino Alves Fonseca ..	1.000,00
João Teixeira	200,00
Emidio Pires Sancho ..	250,00
Mario Ilesia S. Martins	100,00
José Simões	100,00
Gracindo de Jesus	100,00
A transportar Cr$	12.600,00

Digamos Não à Guerra

MANUEL DORES

Basta de mistificações: a guerra colonial começou em Angola. As ações armadas multiplicam-se quer em número quer em violência. Aumenta o número de mortos e feridos, brancos e negros. Reina o terror, principalmente no Norte de Angola, entre as populações, quer européias, quer indígenas.

Como todos estarão lembrados, tudo começou quando um grupo de negros rudimentarmente armados, segundo as informações oficiais, atacou as cadeias de Luanda com o fim de libertar algumas centenas de seus irmãos presos tão injustificadamente como estão presos todos os presos políticos em Portugal, para os quais vimos pedindo a libertação. A essa ação desesperada e fundamentalmente justa e digna (não faríamos o mesmo em Portugal se a organização da Oposição o permitisse?), respondeu o govêrno com uma matança generalizada nas "Muceques" de Luanda, elevando-se a várias centenas o número de mortos. Daí em diante só havia a esperar o início das ações armadas por parte dos negros, e as competentes ações de retaliação e extermínio de parte das tropas de choque especialmente treinadas para a "limpeza".

Mas não continuemos a alimentar ilusões que só podem levar-nos a ficar cada vez mais de fora da questão, e mais impossibilitados de nela intervir. Não se trata de rebeldes, não se trata de grupos inspirados por feiticeiros, não se trata de questões tribais, e não se trata ainda de vandálicos que querem apenas destruir, queimar e matar. Tenhamos a coragem para colocar o problema como ele é realmente e enfrentá-lo com firmeza e honestidade.

O que temos diante de nós é a guerra de libertação de Angola. E' o povo de Angola que se está levantando contra os seus opressores, exigindo finalmente pela violência aquilo que repetidamente vinha exigindo pelas negociações pacíficas. Não comecemos com "duvidazinhas", perguntando se o movimento de libertação "representam" ou não "representam" a vontade do povo angolano, se há estes ou aqueles interesses por trás dessas ações. Se mantivermos essas dúvidas é porque realmente temos medo de nos pronunciarmos sôbre aquilo que os negros exigem: a independência de Angola. Porque eles não estão morrendo aos milhares para amanhã virem a perguntar ao govêrno português (seja ele qual for, tenha ele a cor ou as matizes que tiver), como é que quer que eles se tornem independentes. Não, eles estão lutando, e é a luta que os tornará mais fortes e unidos (como sucedeu na Argélia), para poderem exigir a sua independência sem condição, para o que têm o apoio da Assembléia Geral das Nações Unidas, dado na célebre moção sobre a abolição do colonialismo, de 14 de dezembro de 1960.

Quanto antes, reconheçamos que existem realmente movimentos de emancipação tão legítima quanto as ao nosso movimento de Oposição. Tenhamos um contacto com esse movimento, inteiremo-nos completamente das suas aspirações e procuremos resolver, DE ACORDO COM ELAS, o problema colonial. E acima de tudo, digamos NÃO às guerras coloniais. O govêrno que queira mandar o povo português à morte nas selvas angolanas não é um govêrno legítimo. Não é crime desobedecer-lhe, é questão de honra! Incitemos todos os nossos amigos à rebelião, à recusa a tomarem parte na chacina que febrilmente é preparada por Salazar. Essa chacina não terá senão por resultado o acirramento dos ódios raciais, o aumento da exploração e da miséria do povo português e dos povos coloniais, a paralisação da economia de Portugal e das colônias, e o que é extremamente grave, também, impossibilitará para sempre as relações fraternais e de interesse mútuo entre Portugal e as suas colônias, com que todos mais ou menos sonhamos.

Só será possível encontrar uma solução justa do problema colonial através das negociações, nunca pela guerra. Não nos deixemos lograr por aqueles que explorando simultâneamente o povo português e os povos coloniais, nos querem agora lançar uns contra os outros, numa última e desesperada tentativa de manterem os privilégios adquiridos. Digamos NÃO a esses senhores, e procuremos juntar tôdas as boas vontades para se salvar o que ainda puder ser salvo.

O Governo Português é o Responsavel

O jornal "A Voz da Nação Angolana", afirma em seu numero de março:

O mundo inteiro segue, certamente com atenção, a reviravolta catastrófica que se operou nestes ultimos dias na situação em Angola. E' que os abusos de que é vitima o povo angolano chegaram ao auge: todos os intelectuais do país desaparecem: eles são presos, ou mortos ou deportados para ilhas onde funcionam verdadeiros campos de concentração, onde os submetem às torturas mais desumanas.

Até aqui o povo angolano tem sabido — se bem que com dificuldade — conter a sua indignação, mas a paciência tem limites. Sempre reprovou a violência, mas, em 3, 4 e 11 de Fevereiro ultimos, viu-se obrigado a recorrer a elas. Mas é a teimosia do governo português que está em causa, visto que se recusa à render-se e a dar a mão, antes persiste em matar, massacrar e deportar. Tudo isso porque não admite a possibilidade duma retirada.

O governo português quer convercer-nos a reconhecer a legitimidade dos seus pretensos direitos seculares, isto é, a admitir que os seus interesses se colocam à frente do nosso indigenato. Isso faz que, de cada vez que reivindicamos os nossos direitos temos de esperar a morte, acusados sob mil e um pretextos.

São igualmente esses "direitos seculares" que estão na base da politica portuguesa de integração. Esta política consiste em usurpar as suas colônias, considerá-las como territórios nacionais portugueses, mediante o texto idiota de uma lei. E' como o caso da Libia que a Itália considerava em dado momento como fazendo parte integrante do território italiano. Mas a Itália depressa compreendeu a história e a Libia tornou-se independente.

Assim, pelo sistema da integração, o governo português proclama reconhecer a igualdade de tratamento entre as populações negra e branca, quando na realidade o mito da integração foi inventado para tornar impossivel toda a tentativa de separar os dois países. Diz-se: igualdade de direitos. Mas o ódio, o rancor, o despreso, as injustiças, as torturas são o prêmio dos angolanos. Isto explica que em lugar de se preocupar, por exemplo, em preparar a elite que deverá tomar as rédeas do poder ele se empenhe em suprimi-la.

Como se nota, tal politica não é de natureza a criar uma situação sã. Ao contrário, ela aguça a cólera e incita ao ódio. E se a situação chegou ao ponto em que hoje se apresenta, é porque portugal ergue, estupidamente obstáculos à sua justa e pacifica solução. Apenas isso. Para não perder Angola, todos os intelectuais considerados como suspeitos são suprimidos ou desterrados.

Foi isso que revoltou ultimamente a população de Luanda.

O caminho que conduz à paz, à cooperação e ao entendimento, é a negociação livre. Mas ela parece ser deliberadamente afastada por Portugal. A esta via, a mais simples e a mais segura, ele prefere a da repressão, a da violência. Negociar com os angolanos, significaria para ele estar disposto a reconhecer as nossas reivindicações. Ora, como querer ele que reconheçamos a unidade que apregoa, se ele não quer reconhecer que somos nós os donos de Angola e que neste passo da história da a democracia, só a nós cabe decidir a sorte do nosso país, isto é, se ele pode ou não unir-se a Portugal?

Em todo o caso, preferimos a morte a essa unidade. Repetimo-lo aqui — e com força — que esta unidade não se pode fazer contra a vontade do nosso povo. Aliás, ela não pode mesmo fazer-se. Admitir essa estupidez seria reconhecer o bom fundamento das pretenções portuguesas, seria assinar a nossa sentença de morte com as nossas proprias mãos. O país pertence-nos e não desejamos dividi-lo seja com quem fôr. Se Portugal não quer ceder pacificamente, tanto pior para ele. Deixamos-lhe a escolha. Quando a nós, continuamos a estender-lhe a mão.

O nosso país não é cera na qual se possam moldar as formas que se queiram.

A nossa posição é, pois, a seguinte: independência completa através de negociações pacificas, visto que a situação se tornou demasiado tensa. Devem evitar-se as piores consequências. Se até aqui o homem negro de Angola não atacou o homem português, não é preciso que se procure forçá-lo a isso.

Por outro lado, a presença dos paraquedistas portugueses no solo angolano excita a massa em lugar de a intimidar como pretendia Salazar, uma vez que as suas "marionettes" invadem as habitações dos negros todos os dias, provocam homens, mulheres e crianças, destroem tudo quanto podem destruir. E quando o povo se lastima, acusam-no de fautor de motins ou agente de alguma coisa e o seu lugar é na prisão ou na câmara mortuária.

Enquanto que a natividade é deplorável, a mortalidade é em massa. O homem português não tem necessidade de ser militar nem de usar uniforme para prender e abater os angolanos ao menor gesto que lhe pareça suspeito. Tudo isso sem que tenha de dar contas a alguém...

Aqueles que são mortos dessa forma são homens como todos os outros homens do mundo. São homens que nasceram livres e que não esperam outra coisa se não voltar a sê-lo.

Uma vez ainda, gritamos ao mundo livre que a situação em Angola é explosiva e que se ela explodir o responsavel não será outro senão o governo de Salazar.

A EMIGRAÇÃO E O PROBLEMA COLONIAL PORTUGUÊS

Em face do risco de uma guerra colonial para a qual nos conduz a politica antipatriótica de Salazar, completamente cega e surda para a realidade africana e para a Paz e a Liberdade de que o Povo Português carece para solucionar os gravíssimos problemas econômicos e políticos do seu rincão natural, muitos emigrados portugueses, em várias partes do mundo, consideraram ser seu indeclinável dever assumir uma posição responsável perante a sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas que decorre na altura em que escrevemos e na qual será discutida a questão angolana.

Dada a urgência existente, foi enviado no dia 17 de abril o seguinte telegrama:

"Presidente Delegação Republica Arabe Unida junto ONU — New York — USA.

Pedimos Vexa informe Assembléia Geral questão angolana antifascistas portugueses emigrados todo mundo reconhecem direito autodeterminação povo colonias portuguesas condenando viêlencias militares e policiais salazaristas stop Segue documento assinado personalidades representativas.

CENTRO REPUBLICANO PORTUGUÊS
JORNAL "PORTUGAL DEMOCRÁTICO"
COMITÊ INTLECTUAIS PRÓ LIBERDADE EXPRESSÃO
CAPITÃO HENRIQUE GALVÃO
CAPITÃO SARMENTO PIMENTEL
PROFESSOR RUY LUIS GOMES".

«A Voz Da Nação Angolana» Denuncia:

Continuam a chegar de Angola à nossa Redação, os mais impressionantes relatos de atrocidades cometidas pelos portuguêses. Irmãos nossos são diàriamente espancados até perderem a vida. As nossas filhas são violentadas. Os nossos pais e avôs são chicoteados e obrigados a serviços violentos. Muitos, são friamente abatidos a tiro, enquanto povos inteiros, no recesso do mato, ficam reduzidos a montes de cinza. Como se não bastasse a doença. Como se não bastasse o estado de miséria a que obrigatòriamente são votados. Esta verdadeira politica de extermínio deliberado mais acentuada depois das crueldades assinaladas nos tristes acontecimentos de Luanda, obriga-nos a lançar neste Editorial um derradeiro raciocínio.

O mundo, certamente, segue com atenção os acontecimentos de Angola. E certamente também, chegou, como nós já chegamos há muito, como há muito nos temos esforçado em vão por demonstrar, que Portugal acentuou a sua politica de extermínio. Porque de politica se trata, perpetrada de longa data, através do trabalho forçado, da carência de meios para o combate à doença, do analfabetismo, em suma, de todo um vasto e complexo aparelho de discriminação, culminada com tôda a sorte de violências e deportações em massa.

PORTUGAL DEMOCRATICO

Durante anos, mentindo, Portugal pode fazer crer que nos seus domínios a vida era um "Eldorado". Mas a pouco e pouco, os acontecimentos foram-no desmentindo. O seu prestigio foi perdendo solidez e validade. Aos acontecimentos de Catete, do Golungo Alto, de Malanje, da Funda, do Cacuaco, pode ainda esbravejar, espumante de ódio, mentindo, mentindo sempre. Mas os patriotas da capital, englobando gente de todos os cantos de Angola, sentindo mais de perto aquelas discriminações e a ação corrosiva da miséria, no auge da tensão, explodiu irresistivelmente quando pressentiu que Portugal se preparava para fazer desaparecer os seus irmãos detidos. Então, veio ao de cima, como um lago de aguas falsamente claras, todo o lodo, tôda a podridão. Assim, o mundo ficou sabendo a verdade. Porque um povo não se revolta como a fez o povo angolano em Luanda sem motivos verdadeiramente transcendentes.

Como irão reagir, então, os países membros da ONU na próxima Assembléia Geral? — Esta é a pergunta do momento. Pensamos que êles compreenderão que a ONU não é uma tribuna de propaganda, onde cada um exiba as suas qualidades pessoais. Esgotaram-se, há muito, os argumentos. Portugal, ingloriamente, apenas pode tornar evidente a sua política mentirosa. A ONU, ao invés, terá de considerar a finalidade para a qual foi fundada. Apesar de tudo, cremos que à sua criação norteou um profundo sentimento cristão, humano, de concordia e de justiça. Êste sentimento tem de ser defendido acima de tudo, contra tudo e contra todos, fora de tôdas as conveniências, materiais ou não.

A ONU terá de considerar, com não menor afinco, que o caso português é absolutamente especial, sem qualquer paralelo com o caso belga, inglês ou francês. Na sordida maneira como Portugal se acolheu na ONU — sem a intenção de reconhecer as suas decisões — está espelhada tôda a sua natureza, incompativel com a coexistência entre os homens sôbre que pesa a salvaguarda, no campo internacional, não apenas da solidariedade humana e da justica, mas também da paz.

A ONU terá de considerar, assim, que, tal como a natureza de Portugal em relação a outros países, o caso angolano é inteiramente diferente do caso de antigos povos colonizados, que tendo sido subjugados não formam tão totalmente como o nosso.

Cremos, por isso, que se torna extemporâneo procurar no articulado da Carta disposições que se ajustem à solução do problema angolano. Cremos que o simples fato da Carta da ONU não prever medidas especiais, demonstra perfeitamente que os países membros da ONU, ao tempo de elaborarem êsse regulamento estavam longe de prever a existência dum país tão mentalmente atrasado ou egoista como Portugal, que procura sobrepor os interêsses de seu país aos interêsses da Humanidade.

Assim, se a ONU foi criada para manter a paz, como o afirma a respectiva Carta, queremos bem crer que todos os esforços serão feitos nesse sentido, o que, sem dúvida, constituirá uma grande contribuição para a solução amigável do problema que nos ocupa, e um apreciável apoio à luta desigual entre Portugal e as suas colonias.

(Editorial de "A Voz da Nação Angolana" de Março de 1961.)

Tudo se vende através dos CLASSIFICADOS de O ESTADO DE S. PAULO

Carta Aberta Aos Portugueses

O orgão da U.P.A. publicava recentemente o seguinte artigo:

Vêde, caros amigos, que fugis não se sabe de quem nem de quê, Assim, para vós, nesta emergência, a atitude mais simples parece ser a da fuga.

Ainda ontem, quando o vosso eterno primeiro ministro e deus Salazar, vos lançou um ansioso e vibrante apelo, agrupasteis-vos em torno dos vossos chefes e da vossa bandeira, tal os térmitas em torno duma termiteira, para bradar alto a quem vos quiz escutar que ereis indefectivelmente unidos e que para vós êste solo africano é acima de tudo vosso...

O grito de circunstância que lançasteis a unir, ressoa ainda aos ouvidos dos que o ouviram. E' que, caros amigos, vós gritasteis um pouco demais. Êsse grito teve como resultado consolidar, radicar a posição favorita do vosso deus Salazar e, êste, sabendo-se apoiado pelo seu povo, por vós, duplicou a sua ferrocidade, a sua crueldade.

Infelizmente, todo o excesso é nocivo. E esta dobrada crueldade teve camo consequência despertar a cólera e a indignação do povo angolano, que se apresentou, pronto para a morte, diante das cadeias dos vossos deuses, onde se encontram encerrados milhares dos seus filhos incertos. O resto,. vós o sabeis.

Foram as consequências provocadas por esta situação que estão na base da vossa debandada. O chão parecia ir abrir-se sob os vossos pés. Tornou-se escaldante para os vossos calcanhares. Então, a solução ero fugir... Até lá, a revolta do povo angolano, vosso humilde e fiel servidor, foi para vós um fenômeno inimaginável e irrealizável. Como por encanto, o contrário saltou aos vossos olhos: vós fosteis testemunha do que pode fazer um povo quando sente que é povo, um povo indignado pelos excessivos abusos do seu escravizador.

Vós fugisteis, caros amigos temendo que a furia das vossas "máquinas humanas" fôsse cair sôbre vós, que os vossos escravos vós massacrassem ou que escarrassem sôbre os vossos cadaveres.

Mas não, caros amigos. O vosso modo é infundado. O povo angolano não está contra vós. Aliás, vós o sabeis, êste povo sabe ser pacifico. Êle sabe distinguir os inocentes dos culpados. Sabe bem que êle é vítima, tal como vós, da satánica política dos vossos chefes, de que vos vois, cegamente, ou obrigatòriariamente, sustentáculo.

A fuga não constitui a melhor solução do problema, visto que, em fuga, vós abandonais os vossos bens dificilmente adquiridos. Prova disso é que, quando dos útlimos acontecimentos, o nosso povo passou indiferente por vós e pelos vossos bens e marchou, sempre em frente, para os seus objetivos: a libertação dos seus filhos e dos seus irmãos, presos por terem reivindicado o que lhe pertence.

Queremos dizer isto, caros amigos, que a nossa independência não a queremos contra vós., mas convosco. O acolhimento amigável que vos é reservado pelos antigos volonizados em cujis paises vos refugiasteis, não vós terá ainda convencido?

Não somos racistas. Somos, apenas, contra um regime que nos oprime, que espolia tôdas as nossas propriedades e nega a nossa nacionalidade: o regime antidemocrático e totalitário de Salazar.

Assim, pois, em vez de fugirdes, mudai muito simplesmente de procedimento; e o que hoje não é para vôs senão um pesadelo, fará amanhã a vossa alegria.

Um Poema De Francisco Miguel

Vinte anos de prisão, vinte anos de torturas as mais bárbaras, não quebraram o ânimo dêsse grande patriota nem lhe tiraram o lirismo singelo da sua juventude, como prova êste seu poema.

PAPOILAS NOS TRIGAIS

Há muitas papoilas
junto dos trigais,
Como são vermelhas
Destacam-se mais.

Destacam-se mais
pela linda cor,
Junto dos trigais
Há muita flôr

E' interessante notar, mesmo de leve, que espécie de gente tem a ditadura escolhido para representar a India no Parlamento.

Os primeiros dois deputados foram: um, padre, funcionário do Patriarcado, e o outro, chefe dos Serviços de Saude. O último foi membro do Partido Democrático Português e chegou a ser eleito deputado em 1926, mas o golpe da Ditadura inutilizou as eleições. Congraçado, porém, com a nova situação política, conseguiu juntamente com o padre ser eleito pela União Nacional para ocupar lugar no S. Bento. Ele era, politicamente, um paranoico. Nos seus momentos lúcidos, ao contrário do acomodatício e astuto padre, êle expôs na Assembléia Nacional, algumas verdades duras que os fascistas não gostaram de ouvir. Citaremos alguns dos períodos dos seus discursos:

"Escuda-se o Poder — disse êle — na concepção antiquada e centralista do prestígio da Autoridade para manter as suas decisões e desprezar o sentimento popular. São vitórias de Pirro, sr. Presidente, afirmo-o deste lugar! Não se diga um dia que não houve quem lealmente vos prevenisse de que é necessário mudar de rumo". Num outro passo: "... à margem de teorias etnicas que, de além Reno vinham já varrendo, como uma vaga epidémica, as mentes dos nossos estadistas e sociólogos, fazendo-se tábua raza de tradição secular e igualitária de ética portuguesa, estabeleceu-se diferenças quanto ao valor cívico dos portugueses segundo a sua proveniência, e como corolário dessa orientação, regressamos à política de absorção e centralização de poder nos Gabinetes do Ministério das Colonias". E ainda num outro passo: "Para mim, a causa básica, fundamental, orgânica, do descontentamento que lavra na India Portuguesa provem de factos de desarmonia de direitos e regalias que as leis actuais exteriorizam desde 1926." E fez esta penitente confissão: "Quando agora, finda a minha missão, regressar à minha terra, ao povo que me elegeu e virá perguntar-me: "Que trazes de consôlo para os nossos queixumes?" terei de responder humildemente que volto com as mãos vazias!"

Os discursos do médico feriram os tímpanos fascistas e foi ele, na legislatura seguinte, prontamente substituido por um notário, ficando mantido o padre. Porém, desta vez, o padre tentou desferir um pequeno vão patriótico, criticando o projeto do actual Estatuto Politico que é uma ficção da prometida autonomna. Astuto como é, o padre notou a ira dos mandões e prontamente desculpou-se — o que valeu para voltar ao redil na terceira legislatura. O notário que foi feito membro de conselho directivo dum Banco, cedeu lugar a um monopolista de ABKARI (concessionário de destilação do alcool nativo) em Nagar Aveli. Parece que esse deputado nem tem o curso de liceu completo, e contra leis em vigor, conseguiu esse monopólio, por ter oferecido em 3 anos seguidos, o maior lanço na arrematação de abkari. E' que esse negociante fazia afastar os concorrentes, untando-lhes as algibeiras e ia todos anos à Meca do Terreiro do Terreiro do Paço para fazer larga sementeira de presentes e dinheiro. com dinheiro da distilaria de Nagar Aveli. E dupla foi a recompensa: A Ditadura ofereceu-lhe o lugar de "representante do povo" e tratou-o como "dr.".

Esse comerciante-deputado pagava ao ano, renda ao Estado, na importância de 45,000 rupias e guardava para si o lucro mensal de Rs. 90,000, das cinco distilarias de Nager Aveli. E' com dinheiro da extrema miséria do povo de Navar Aveli que esse sr. construiu o luxuoso hotel "Mandovi" em Goa e que merece especial proteção do Governo.

Com a libertação de Dadra e Nagar Aveli, o cenário murou. Nos termos do contrato, esse deputado continuou por um ano, pagando a renda de um ano (45,000 rupias). No ano seguinte o contrato foi rescindido. O representante do deputado veio logo oferecer Rs. 100,000, de renda. O contrato foi prorrogado por mais um ano. No terceiro ano, foi definitivamente terminado.

O dr. deputado explorava cinco distilarias e pagava ao Estado Português Rs. 45,000. O novo regime deixou só uma distalaria que é directamente explorada pela Administração. E quer o leitor saber qual é o seu rendimento anual. — TRÊS MILHÕES DE RUPIAS.

Essa pequena história serve para ilustrar como a Ditadura escolhe os representantes do Povo, em nome da Moralidade e Legalidade.

Tem sido esta a sina do povo que julga ser o mais culto de todas as colonias. Nunca o abandalhamento de caracter, a ânsia de enriquecer depressa e a degradação do senso moral e cívico foi tão chocante como durante os anos em que a Ditadura adoptou os slogans de autocracia: Quero, posso e mando!

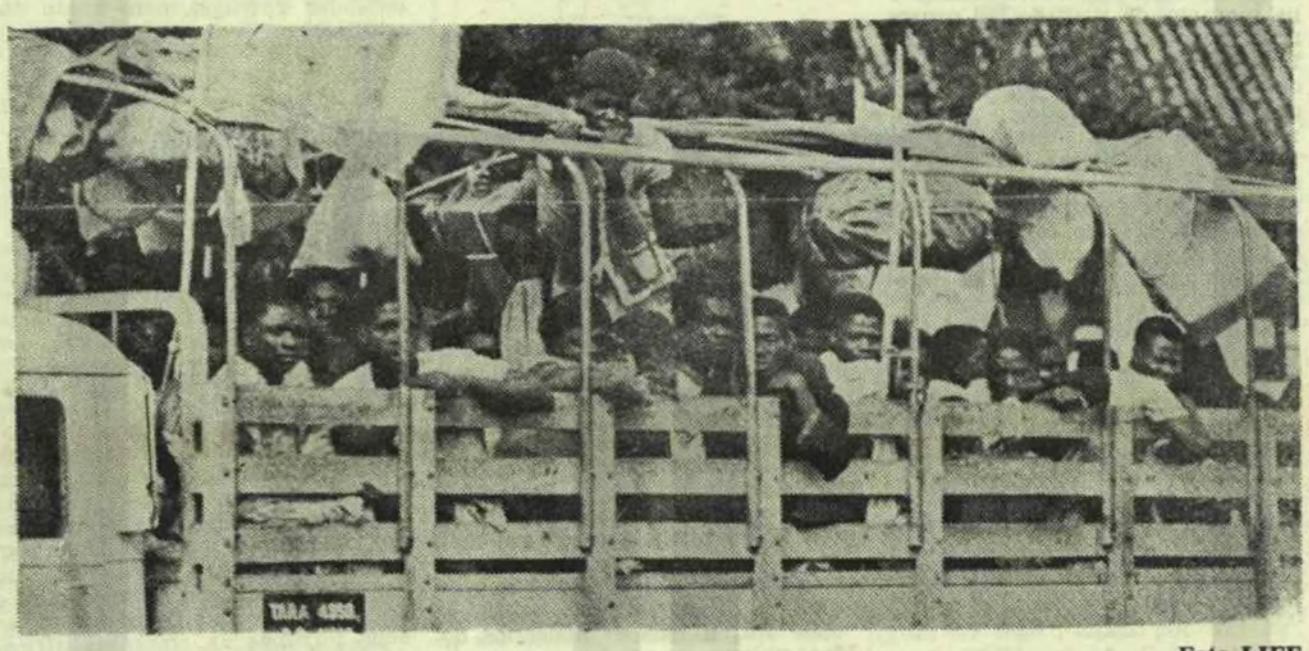

Foto LIFE

Transportados como animais, os trabalhadores negros são levados para os locais de trabalho que lhes foram impostos pelo governo de Salazar

Goa Protesta

N. da Red. — Um padre corrupto, um médico paranoico, que nos momentos lúcidos (Deus escreve direito por linhas tortas, diz o ditado) falava a verdade verdadeira; um notário fantoche, e um comerciante cuja ganância o governo de Lisboa explorava — eis os representantes que foram "escolhidos" por Salazar para representar Goa. O jornal "FREE GOA" escreve:

Aproximam-se novas eleições à Assembléia Nacional. O Governo fascista que tem mutilado as listas eleitorais, para poupar sòmente os seus adeptos, tem aumentado de 2 para 3, o número dos próximos deputados. À primeira vista, poderá parecer um avanço democrático; mas, de facto, trata-se de mais um deputado que irá engrossar "his master's voice", e facilitar mais um voto. Além disso, como toda a gente sabe, a fiscalização das urnas é feita, sòmente pelos partidários do Govêrno — o que mostra a perfeição do novo regime.

Ligação das Imigrações

A Comissão de São Paulo apela para todos os democratas emigrados, seja qual fôr o local da imigração, para constituirem Comités Anti-Salazaristas e dirigirem as sugestões julgadas oportunas e referentes à rápida articulação de todos os núcleos à R. Manuel de Nóbrega, 636, São Paulo (Brasil)

Mensagem do Centro Republicano Português a Kruchev

Saudando a primeira viagem cósmica, o C.R.P. enviou no dia 15 de Abril o seguinte telegrama:

Premier Nikita Kruschov
Moscovo URSS
Centro Republicano Português São Paulo Brasil organismo representativo antisalazaristas emigração sauda Vexa extraordinário feito primeiro cosmonauta símbolo melhores condições existência toda Humanidade."

Aos Leitores

A elevação do custo do papel, o aumento das despesas de impressão e clicheria, e, ainda, o das despesas de expedição, obrigam-nos a aumentar, a partir deste numero o preço do PORTUGAL DEMOCRATICO.

Assim, o numero avulso custará DEZ CRUZEIROS, assinatura anual TREZENTOS CRUZEIROS e a assinatura para o Exterior portes via aerea passará a custar CINCO DOLARES.

A publicação de PORTUGAL DEMOCRATICO é subvencionada exclusivamente pelos seus leitores.

Contribuam na medida do possivel para que PORTUGAL DEMOCRATICO possa cumprir a sua missão: denunciar perante a opinião publica mundial os crimes do salazarismo, como portavoz que é da Oposição ao regime de Salazar, e informar o povo português sôbre a verdade dos acontecimentos.

Para isso, mantenham sempre em dia o pagamento das assinaturas, angariem novos assinantes, e sejam generosos nos donativos que queiram enviar-nos.

Ajudando o vosso PORTUGAL DEMOCRATICO, estareis ajudando a derrubar o quanto antes, a ditadura de Salazar.

A Oposição em defesa de Portugal e da verdade

À maneira de prefacio

No passado mês de março foi posto a circular clandestinamente em Portugal, sob o titulo em epigrafe, um longo documento em que se faz uma completa, patriótica e bem fundamentada análise do problema colonial português.

Depois de consignar o fato histórico e inelutável da recente e efetiva autodeterminação de quase todos os povos coloniais, o documento (que, infelizmente, não podemos transcrever na integra) contem, entre outros, os seguintes trechos:

Alguns portugueses politicamente indiferentes poderão, numa primeira impressão, ver com simpatia e achar patriótica a atitude do Governo ao recusar à Comissão de Curadorias as informações que reclamou, por lhes parecer que isso constitui, na realidade, uma ingerência nos assuntos internos de Portugal e, portanto, uma ameaça à nossa soberania.

Mas o que pensarão esses portugueses do acordo secreto com a Espanha que autoriza as tropas de Franco a entrar em Portugal se o regime fôr ameaçado, da oferta ao Governo alemão para estabelecer campos de treino militar em Portugal, da inspeção frequente de oficiais estrangeiros às nossas Fôrças Armadas, do exame às contas públicas do Estado que peritos do Banco Internacional vieram fazer recentemente (para estudo do empréstimo que o Governo sem sucesso solicitou), da abolição de barreiras alfandegarias impostas pelos países da Zona dos 7, e de tantos fatos que, sem dúvida, apresentam intromissão na politica e na economia interna, consequentemente, limitações à soberania nacional?

—oOo—

O documento

Os ensinamentos das guerras inúteis do último século para continuar o colonialismo europeu nas Américas; as lutas sangrentas ainda recentes da França na Indochina, no Marrocos e na Tunisia; da Inglaterra na India, na Palestina, no Chipre, etc., sem qualquer sucesso com todo o formidável prejuizo de bens e de vidas que daí resultaram, fizeram convencer as potências ultramarinas de que o melhor caminho é a preparação progressiva dos povos para a autonomia ou a independencia, bem como a colaboração no seu desenvolvimento econômico, social, civico e politico.

Assim, o mundo assistiu nos últimos anos à resolução da Inglaterra de dar a liberdade aos dominios e estabelecer com eles uma inteligente e produtiva Comunidade; à concessão pela França de 13 independências em 1959 e 1960 e à esmagadora votação a favor da autodeterminação da Argélia do último referendo francês; à independência da Indonésia com o acordo da Holanda; à independência da Somália por iniciativa da Itália e à libertação do Congo, por negociações com os belgas.

MacMilan visitou no ano findo a Africa e encorajou ele próprio a preparação para a independência de Tanganika e do Quênia. De Gaulle, apenas com os fascistas franceses em desacordo, não vê outra solução para a Argélia senão a autodeterminação, depois da perda de milhares de vidas e da exaustão do tesouro público numa guerra que cada dia proporciona aos argelinos maiores vantagens.

Deverá dizer-se que estes estadistas e os Governos destes países vêm agindo contra os interesses de suas pátrias ou deverá concluir-se que foram as experiências de lutas e sacrificios inglórios, aliados ao desejo de maior expansão da armadura e do prestigio democráticos, que os levaram a optar por soluções de paz e entendimento?

Deportações Em Massa

Porque não acreditar nas deportações maciças de negros para a Baia dos Tigres, no Bié, donde não mais têm voltado, porque não acreditar nas levas da morte para S. Tomé e no desaparecimento de todos os recalcitrantes, nos massacres de 3 de agosto de 1959 na Guiné e do Coronel Gorgulho em S. Tomé em fevereiro de 1953, nos exterminios de multidões pela fome em Cabo Verde em periodos da seca (de 1940 a 1950 morreram de fome em Cabo Verde mais de 40.000 pessoas), nos assassinatos praticados pelo comandante Teixeira da Silva em Porto Amélia e na matança de mais de 600 negros nos recentes acontecimentos de Luanda, como disseram os jornais estrangeiros? Porque pôr em dúvida o trabalho forçado, o engajamento de trabalhadores no interior por contratistas que fizeram rápidas fortunas, a venda de carne humana às empresas das Rodésias e Africa do Sul, cujas receitas até as contas públicas de Moçambique ainda há pouco referiam?

Henrique Galvão, ex-administrador colonial, escreveu com coragem no seu famoso Relatório que o fez cair em desgraça: "Sòmente os mortos não são submetidos ao trabalho forçado... A situação atual é mais grave do que a criada pela escravatura pura... Há patrões que têm entre os seus trabalhadores uma mortalidade de 30% e eles não são nunca privados de obter novos trabalhadores...".

A Mentira da Politica de Assimilação

99,7% da população africana de Angola, Moçambique e Guiné é considerada não civilizada pelas leis coloniais portuguesas. Sòmente 0,03% são considerados assimilados, o que desmente inteiramente toda a propaganda que o Governo faz acerca da sua politica de assimilação.

Estes e outros fatos, que não podem relatar-se num documento deste gênero, provam o despotismo e a desumanidade da administração salazarista. Mas, em verdade, porque havia Salazar de ser humano e generoso para com as populações negras, a milhares de quilometros de distância, internadas no silêncio e na solidão, se ele, um ditador paranoico, em 32 anos de governo, raras vezes sai do covil de S. Bento, não conhece o próprio país em que nasceu, nem nunca foi capaz de um contato carinhoso, risonho, com o povo português, que despreza e ignora?!

Porque ha de duvidar-se do atraso ultramarino, se, por exemplo, no capítulo da instrução, justamente aquele que devia merecer a maior atenção dos governantes, para ensinar-se aos nativos a língua da Pátria-Mãe e os ligar a Portugal pelos tempos afora, o número de escolas primárias no conjunto de todos os nossos domínios, tomando como base as indicações oficiais, era em 1956 apenas 4.600, sendo a quase totalidade escolar das missões, enquanto o Congo Belga, com pouco maior população, era de 20.000; o Quênia, com população semelhante a Moçambique tinha 3.680 escolas primárias e Moçambique 2.230; a Argélia, com cerca do dobro da população angolana, tinha 390.000 estudantes primários, o Congo Belga 1.200.000, enquanto Angola não ia além de 75.000, mais da metade dos quais são brancos?

Regiões Maiores que Portugal Sem uma única Escola

"Há regiões maiores do que Portugal que não dispõem de uma única escola", ao passo que aqui, no continente, existem 16.700 (número, ainda inferior às necessidades).

Noutro capítulo, o da Saúde, em Angola existe um médico para cada 25.000 habitantes. Moçambique 1 para 32.000, na Guiné 1 para 50.000 e em Timor 1 para 40.000, enquanto na Argélia, por exemplo, há 1 médico para 4.000 habitantes, na Tunísia 1 para 6.000.

Apenas 420 médicos cuidam da saúde de 11.500.000 indivíduos que espalhados por 2.100.000 km2, onde os meios de comunicação são os mais atrasados de tôda a Africa, o que significa não existir qualquer espécie de assistência sanitária para o negro do interior. 420 médicos para territórios 23 vezes maiores do que Portugal, enquanto na cidade de Lisboa há 1.950 e no Porto 760! Isto explica por que a mortalidade infantil na nossa Africa é em média de 40%, atingindo algumas regiões 80%.

"De 1951 a 1955 os africanos de Moçambique consumiram em média 1 kg. de carne, menos de 1 litro de leite e 5 litros de vinho português num ano. No mesmo período os europeus consumiram 58 kg. de carne e 63 litros de leite por pessoa".

Farmaceuticos, no ano de 1956, tinha Angola 23, Moçambique 19, Cabo Verde 4, Guiné 1, Timor, 1 e S. Tomé 1, ao passo que havia na Argélia 700, Marrocos 366, Rodésia do Sul 304, Ghana 300 e Quênia 108.

(Estes números são, em especial, extraidos do Monthly Bulletin of Statistics das Nações Unidas e é tudo o que há a respeito das colônias portuguêsas).

A ordem e a paz que o Governo dizia haver no ultramar, agora desmentidas pelos sangrentos acontecimentos de Luanda, e que os pregoeiros do regime salientam como prova de contentamento e felicidade, é a mesma ordem e paz que reina no continente, a ordem dos submetidos, dos amordaçados e dos reduzidos à miséria, a ordem imposta pela força e as polícias, a paz dos vencidos, o silêncio do mêdo.

Uma Economia Aniquilada

Defender Portugal com a propaganda do regime e o envio maciço de Pide e de tropas para as colônias, enquanto prossegue o aniquilamento econômico de Angola por falta de uma balança de pagamentos própria e prossegue a utilização de suas divisas em benefício da metrópole (em 1958 foram arrancados ao ultramar 2.962 mil contos para equilíbrio da balança de pagamentos da metrópole, vide relatório do Banco de Portugal); enquanto o Banco de Angola, conjuntamente com o Fundo Cambial, paralisa o comércio com o continente, retendo liquidações de créditos que ascendem a centenas de milhares de contos; enquanto, por motivos políticos, se assina com os países sul-americanos convênios para a cotação dos cafés ultramarinos que colocam a produção portuguesa numa situação desairosa nos mercados onde a concorrência de países africanos nos expulsa, ficando por vender formidáveis estoques; enquanto se facilitam fortunas vertiginosas, como a de Lagos & Irmão e Algodões de Moçambique, pela imposição ao indígena da cultura obrigatória do algodão; enquanto se assinam acordos com países europeus para a abolição de barreiras alfandegárias, ao passo que se mantêm entre o continente e o ultramar, defender Portugal com estas contradições e com discursos e protestos, quando se sabe que o bem estar, o progresso e a felicidade não se constroem desse modo, não é defender Portugal, nem é ato patriótico.

Descontentamento Generalizado

As Forças Armadas bem compreenderam que se o Candidato Humberto Delgado obteve também no ultramar uma estrondosa vitória foi devido ao descontentamento que está generalizado, mas são incapazes de exigir que se organize um inquérito à maneira como vêm exercendo as suas atividades, no capítulo de relações entre capital e trabalho, e como conseguiram as suas fortunas as empresas africanistas de Mário Cunha, proprietário de grandes imóveis no Arieiro à custa da exploração de negros e brancos nas roças de Aboim, de Lagos & Irmão, que fizeram nestes últimos vinte anos uma fortuna de mais de 2 milhões de contos, da Diamang, de Sousa Lara, dos açucares de Paulo Cunha, da Incomati, da CADA, da Cassequel, de Espirito Santo, de Eduardo Guedes, dos ex-ministros Raul Ventura e Vieira Machado e de tantos outros que cairam sobre Angola e Moçambique como abutres sobre cadaver.

Os lucros líquidos destas empresas, segundo os relatórios de 1957, variam entre 50% e 60% e foi para encobrir esse escândalo que fizeram baixar o valor das ações. Entretanto, os negros que trabalham na Diamang, por exemplo, cujos administradores têm vencimentos da ordem dos 1.000 e 1.200 contos por ano, ganham 150$00 mensais com direito a cama e mesa, recebendo apenas 80$00, depois de deduzidos diversos encargos.

Não acreditamos no patriotismo de Salazar, nem de seus propagandistas, não reconhecemos ao Governo a mais leve autoridade moral e competência para pretender resolver neste grave momento os grandes problemas do País. Com Salazar e com o fascismo é impossível a pretendida unidade nacional de feição patriótica, porque isso seria, simplesmente, aderir a Salazar e ao fascismo, isto é ao partido único denominado União Nacional.

A Oposição nunca se juntará aos governantes para defender Portugal, porque essa seria a pior maneira de o fazer. A Oposição defenderá Portugal, defendendo-o antes de tudo do regime de usurpadores que assaltaram o poder, tratando a brancos e negros com o maior despotismo. Esta, sim, é a condição primeira para resgatar o prestígio internacional da Nação e de fazer cessar internamente as razões que impedem a reconciliação. Só depois os portugueses, unidos e em liberdade, estarão em condições de fazer frente aos problemas do ultramar e de resolvê-los, de acordo com superiores interesses nacionais.

A Oposição Fala Pelo Radio A Portugal

A "Agrupación de Portugueses Democratas" de Montevideu está organizando um programa radiofônico destinado principalmente a ser escutado em Portugal e colonias. Esse programa denuncia os crimes do governo salazarista, e dá ao povo português a verdadeira versão do que se passa no mundo livre. No nosso próximo número daremos todos os informes sobre o horário e comprimento de onda dessa emissora.

Uma Lição Dada a Tempo

O adido militar da Embaixada de Portugal em Londres escreveu ao deputado Sir Leslie Plummer, censurando-lhe a maneira como êle se referira ao Exército Português na Câmara dos Comuns. Pensou o imbecil que essa Câmara era assim como a Assembléia Nacional de Lisboa, um curral de carneiros.

A carta foi respondida pelo deputado em questão nos seguintes têrmos:

"Senhor

Recebi sua carta de 28 de dezembro.

Deverá compreender que como membro do Parlamento eu não sou obrigado, quer a dar explicações, quer a pedir desculpas por quaisquer comentários que eu faça na Câmara dos Comuns, porque, pela nossa Constituição de país livre, os meus comentários são livres.

Todavia, pensei que V. S. deveria ter compreendido claramente que as referências que eu fiz ao Exército Português de forma alguma era uma ofensa às tropas que lutaram ao lado da Grã-Bretanha, de Torres Vedras à França, mas eram uma referência direta ao atual Exército Fascista Português que, sob a ditadura do Dr. Salazar, não se tem coberto de glória.

Na verdade, nada fêz para protestar contra a perseguição de lideres portuguêses, como Delgado e Galvão; tem permanecido silencioso diante da perseguição aos Africanos nos territórios coloniais portuguêses e aparentemente mantém-se indiferente à ditadura e perseguições sob as quais vive a maioria do povo português, e que é sofrida por liberais e outros que ousam, em Portugal, criticar o regime de Salazar.

Tomei nota de que os jornais portuguêses fortemente censurados e controlados que deram algum destaque aos meus comentários sôbre o Exército Português, não tiveram licença para publicar as minhas referências a Portugal, como o mais antigo aliado fascista da Grã-Bretanha nem, tão pouco, a minha declaração de que êsse país não respeita a Declaração dos Direitos do Homem. Nem, aliás, V. S. faz referência a essas duas minhas declarações na sua carta".

POLITICA EXTERNA PORTUGUESA

JORGE DE SENA

Até há muito pouco tempo, a política externa portuguesa caracterizava-se pelas seguintes linhas: tratado de aliança com a Espanha franquista, estreita associação com as potências colonialistas africanas, exploração do sentimentalismo oficial do Brasil (que lhe garantia o apoio ou a neutralidade benevolente da América Latina), anticomunismo feroz de origem fascista, integração no circuito hegemônico dos Estados Unidos da América do Norte, suspeição em relação a todos os novos Estados afro-asiáticos, cuja amizade o Governo de Salazar nunca cultivou. Esta política não era tão heteróclita e tão contraditória como podia parecer, e, nas altas esferas políticas e financeiras do chamado Ocidente — as quais, na mistificação de um liberalismo que não mais existe, têm quase sempre, como sonho recalcado, o FASCISMO —, encontrou longamente conivências, complacências, e até aplauso: os presidentes Kubitschek e Eisenhower acabaram mesmo as suas carreiras políticas fotografados ao lado do velho ditador português, e de Lisboa conclamando os povos — ó ironia! — a que iluminados por aquele exemplo de pertinácia, defendessem... a liberdade.

Os interesses e as tendências dos grupos que tal gente representa, não nos iludamos, são e serão por largo tempo poderosos. E' muito possível que um Portugal liberto e democrático, entregue à dolorosa reconstrução de uma das mais loucas derrocadas da História Moderna, ouça o "mundo livre" reclamar a democracia para aqueles mesmos que, durante décadas, a negaram... Quem sabe se não teremos até, numa Miami qualquer, um ardoroso grupo de "democratas" ex-salazaristas devotadamente empenhados em restaurar, na Pátria, os deleites da "Civilização Cristã" que ela teve trinta anos para apreciar nos seus mais tradicionais requintes (o poder absoluto, a polícia inquisitorial, a censura quotidiana). Por enquanto, apenas o que está sucedendo consubstancia-se na votação da inclusão do caso de Angola na agenda da Assembléia Geral da ONU... E o isolamento diplomático completo: apoiaram Portugal dois países igualmente réprobos ante a opinião pública mundial — a Espanha de Franco e a União Sul-Africana do "apartheid". A França, a Inglaterra, o grupo Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo), o Panamá e a República Dominicana abstiveram-se. Tudo o mais — ocidentais e orientais, pretos, brancos e amarelos, América Latina e Afro-asiáticos, e mesmo os outros coaliados da OTAN — votou contra Portugal. Não importa muito aguardar a resolução final, nem ver quem, com as tortuosidades do costume, a vota ou não. O que se passou é muito significativo: a França que não mais acaba com a guerra da Argélia, a Inglaterra com um governo conservador, a Bélgica que tem poderosos interesses na Companhia dos Diamantes de Angola, a República de Trujillo, condenada pela opinião das Américas, abstiveram-se. Portugal viu-se, simbòlicamente, com a União Sul-Africana que lhe ofereceu uma aliança contra a libertação irresistível da África Negra, e com a Espanha de quem é aliado para a supressão da democracia.

Que pensa o governo português continuar fazendo: ocupar militarmente os territórios imensos? Combater na Guiné, em Angola, em Moçambique, na India e em Timor? E, ao mesmo tempo, manter policialmente ocupada a metrópole européia? Espera que uma China continental integrada na ONU — sem precisar mais de Macau como porto franco — não acabará com aquela simbólica dádiva do Celeste Império? Afundará os brancos e negros do Ultramar numa sangueira mútua e insanável? Admite a hipótese de repatriar meio milhão de habitantes, cuja vida se tornou insustentável, e de alojá-los na Mãe-Pátria que não basta, na sua atrazada exiguidade, para os 9 milhões que já lá estão? E os recursos para tudo isso, de onde virão? E as armas? Vai ser a OTAN quem paga e equipa tudo isso, para que nem Portugal mobilizado chegaria?

A passos agigantados aproxima-se o desastre. E o que vai suceder, se o mundo não impõe a razão e o bom-senso, não é a queda de um regime totalitário, colonialista, que mantem o povo português no mais baixo nível de vida da Europa. O que vai suceder é o colapso de uma Nação inteira que a Espanha imperialista de Franco, se não cair entretanto, se prepara já para devorar. Eis ao que conduziram trinta e cinco anos de vaidade, de cegueira, de ódio, de reação absolutista, de MEDO. Nem na hora negra de 1580 a Pátria Portuguesa esteve tão em perigo. A herança que nos deixa essa gente é ser a mais reles Jordânia da Europa. Para o quadro ser mais perfeito, nem os refugiados faltarão.

..Estamos à beira do abismo. Há que considerar uma reconversão total da política externa portuguesa. Não são as manifestações antiamericanas — encenadas e incentivadas pelo Governo Português, com espírito de chantagem (pois que se faz em Portugal sem conhecimento e autorização dele, que não seja ferozmente reprimido?), o que prenuncia essa reconversão. O atual governo nada pode fazer senão arrastar o país inteiro no seu desvario obstinado. A oposição pode fazê-la. A oposição pode, para uma política liberal e democrática, recuperar a solidariedade latino-americana. Pode, para a organização dos territórios portugueses, no sentido da autodeterminação, apoiar-se na América Latina e na Comunidade Britânica, estreitando com esta última os laços que a excessiva confiança numa conivência norte-americana (que seria pedida quando os Estados Unidos necessitassem de rever e acertar a coerência de sua política externa) e a desconfiança em relação aos Países Neutralistas e de Cor fizeram afrouxar ou não permitiram que se renovassem. A oposição pode, e deve, estabelecer com uma Espanha democrática um modus vivendi em que a soberania portuguesa permaneça intacta, e seja garantida, como sempre foi, pela secular aliança inglesa. Pode estabelecer relações diplomáticas e comerciais com todos os países do mundo, revertendo para o Tesouro português os lucros imensos de um comércio (como o da cortiça para a Rússia) que ficam nas mãos dos particulares ou dos intermediários estrangeiros. E pode, então, reconhecendo-se na esfera de influência dos Estados Unidos da América, para os quais a Península Ibérica é a mais ampla testa de ponte no Velho Mundo, estabelecer com esse grande país relações normais e soberanas, que não sejam as que resultam da sujeição servil de um governo ditatorial que assim comprava a sua sobrevivência.

Atualmente, Portugal tem sujeições geográficas da sua política externa: a vizinhança da Espanha, a dos países negros da África e a da Índia, da China continental, da Indonésia. Não é com burrices heróicas e sangrentas que os interesses colonialistas hoje existentes podem ser convertidos em bases de colaboração democrática. Uma Espanha democrática precisa, tanto como nós, da solidariedade do mundo. Os países negros da África precisam, tanto como nós, das garantias da ONU. A Índia é membro da Comunidade Britânica. A China Continental, uma vez ingressada na ONU, poderá conceder a Macau um estatuto especial, se a democracia portuguesa se revelar alheia a quaisquer maquinações. Terá de ser essa posição da Indonésia. Para conseguir-se tudo isto, há que mobilizar os núcleos portugueses dispersos pelo mundo, que, assim como pelas suas minorias esclarecidas — desapoiadas e combatidas pelos elementos vendidos ao fascismo português — puderam ser as primeiras a denunciar esse fascismo, poderão ajudar imensamente a uma reconversão da política portuguesa. E' preciso que todos os "comendadores" se convençam do seguinte: não é só o atual governo português que está perdido, mas qualquer outro que lhe suceda, se essa reconversão se não fizer. E "colônias" que não tenham, atrás de si, um governo estimado e respeitado, governo AMIGO, vão pagar muito caro a supremacia fictícia de que desfrutaram. Colaborar criminosamente no desastre é recolher merecidamente os frutos dele. O sangue de negros e de brancos vai cair irremediàvelmente na cabeça de nós todos. Antes que seja tarde, é preciso dizer BASTA. E é preciso fazê-lo por um imperativo de patriotismo e da dignidade de um povo. Seria extremamente triste e humilhante que, ante a apatia de quem pudesse fazer alguma coisa, fosse o mundo, a ONU, a impor a TODOS os portugueses uma humilhação e uma TUTELA de que só o atual governo é responsável.

Assis, 26-3-61.

Portugal na encruzilhada do destino

por MODERATOR

Os acontecimentos precipitam-se. De hora para hora mudam as perspectivas. Angola entrou em regime de insurreição. A ONU, com o assentimento dos EUA, insta Portugal a renunciar a um colonialismo ultrapassado. Salazar, para ganhar tempo, anuncia medidas de liberalização. Para onde vamos? É nas horas de crise que se torna urgente, e até imperativo, assentar em princípios.

O Povo português vive há trinta e cinco anos numa esfera de incomunicabilidade com o mundo exterior. Por outra parte, somos de há séculos indoutrinados nos ideais de glória e missão civilizadora, e nos preconceitos do colonialismo. O problema, que está na raiz da multisecular crise portuguesa, entra na fase resolutiva: o que hoje se nos depara, com a meridiana nitidez dos fatos consumados, é a necessidade de optar entre um Destino imperial, arcaizado, e um destino democrático, progressista e humano. Teremos a coragem de fazer o exame de consciência?

Quis a má sorte que esta fase coincidisse com o episódio mais opressivo da nossa história — a ditadura de Salazar, que incorpora tudo o que há de retrógrado e estreito no "Portugal Velho".

Salazar, o Dr. Stanley de 1961, encontra Verwoerd, o o Livingstone do "Apartheid".

Tanto pior para nós, democratas da Oposição, se sôbre nós recai a responsabilidade de formular o problema e de lhe dar a solução de há séculos reclamada, e que só pode ser uma: a um tempo reabilitar a Democracia portuguêsa, reconduzir Portugal ao seu alvéolo natural e aos seus próprios recursos, e encontrar o remate para o Ciclo iniciado há quinhentos anos com os Descobrimentos, e logo pervertido na política de conquista e ocupação de territórios, fonte de todos os males físicos e morais que nos flagelam. Se o não soubermos reconhecer, não seremos dignos da nossa missão, e ainda menos do rótulo de democratas.

Mas não se muda de alma como de camisa; não é fácil renunciar de repente a juízos de valor, a tradições, preconceitos e ideais (mesmo falsos), ou fazer a revisão do passado em vista do futuro; nem desistir, porventura, das vantagens materiais decretadas do Colonialismo — aliás, mais teóricas do que reais, pois delas beneficia sobretudo a escandalosa minoria de patos-bravos adeptos de Salazar. O "império", se existe, é dêles, e não nosso, do povo.

Reconheçamos que a tarefa é de estarrecer: não espanta que, diante da derrocada iminente, da chacina que já começou, e das decisões de vasto alcance para o futuro da Grei, alguns portuguêses, mesmo sinceros, tremam, hesitem, e cheguem a desertar fileiras para se acolher aos braços, ilusòriamente paternais e fortes, de Oliveira Salazar; nem que, por vêzes, lhes escape a significação profunda do que vai pelo mundo, e a própria natureza da crise nacional, motivo de tantas tentativas teóricas e práticas de salvação e regeneração da pátria, até hoje goradas por carência de visão essencial dos fatos, e de um destino manifestos mais conforme à nossa realidade.

Democratas, e por isso tolerantes e indulgentes, o nosso primeiro dever é admitir a variedade de todos os pontos de vista, inclusive a miopia de alguns, já que ver claro e ver longe é privilégio de raros.

Nada, porém, nos obriga a repudiar uma história que é, para nós, fonte de legitimo orgulho: a missão geográfica e econômico-política dos portuguêses é hoje sobejamente reconhecida. Mas, ao criar com génio, heroismo e sacrifício (e alguns crimes também) a Redondeza que é o mundo moderno; ao despertar e aproximar raças e civilizações distantes e desiguais; ao levar a influência europeia aos cantos do orbe. — Portugal rasgou o caminho do imperialismo (de que Camões, embora amargo, é o primeiro cantor) e o da sujeição colonial até agora prolongada.

Não é nossa culpa que asiáticos e africanos tenham esperado séculos para entrar na fase de emancipação: mas esta é o fato culminante do nosso tempo, em que os direitos do Homem e do Cidadão lutam por integrar-se enfim à escala mundial. Não é sem razão que o delegado de Salazar às Nações Unidas, embaixador Crain, afirmava há dias, entre risadas das potências, que o Império Português se rege ainda por leis do século XVII; ou que Salazar e os seus **mignons** se esganiçam a gritar que é o "comunismo" ("aliado" aos Estados Unidos) que anda a minar a nossa unidade intercontinental: isso mostra apenas a incurável cegueira dêstes homens para a realidade — e de supor que o Império dêles seria menos perecível que tantos outros, antigos e modernos. O que importa é que o Povo português se não deixe arrastar por esta cegueira, afundando-se no dissídio e no auto-aniquilamento, por via de um patriotismo mal entendido — o daqueles que ao mesmo tempo oprimem e mantêm na miséria e na ignorância o povo metropolitana e as populações ultramarinas.

Para nós, democratas, o patriotismo consiste, bem ao invés, em lutar pela liberdade e o bem-estar — fatos concomitantes — dos portuguêses e dos coloniais. Êste é o nosso patriotismo e o nosso alvo supremo.

Acreditar, como tem sido a tese oficial, que Portugal não poderia persistir sem colónias, seria decretar que são absurdos os fundamentos da Nacionalidade, que por quase três séculos viveu livre e sem Conquistas ultramarinas, e conheceu até uma limitada suficiência económica. Por outro lado, a perda do Brasil, além de criar uma pujante nação nova, e amiga, levou a Portugal novas formas de prosperidade. A expulsão dos holandêses de Pernambuco marcou o fim do jugo castelhano em Portugal; a independência do Brasil deu-nos a Revoução liberal; e a proclamação da República, em 1889, levou à nossa primeira revolução depublicana.

Nenhum preconceito de história, cultura ou prestígio nos pode já reter neste plano inclinado. Que os africanos não estejam "maduros" para a independência e a liberdade (e só êles podem provar se o estão ou não, pois os direitos só demonstram no domínio dos fatos) é um argumento tão válido quanto o de que o Povo português não estava, em 1910, "maduro" para a Democracia, ou, em 1140, "maduro" para a Independência... O que se nos impõe, agora, é o reconhecimento dum princípio, sem prejuízo dos processos ou **modus-faciendi** da sua aplicação.

Um sistema, como o de Salazar, que não soube fazer, já não dizemos a felicidade, mas a mais elementar prosperidade do Povo que o sofre, não pode arrogar-se a missão de dar a felicidade, o liberdade ou a abastança a qualquer nação alienígena. Falta-lhe para isso, pelo menos, a autoridade. E falta-lhe a boa-fé: pois quem tomaria a sério as suas untuosas promessas de "emancipação" de Angola e Moçambique? Elas são um escárnio e um insulto, vindas da boca de quem a todos nos mantém, explorados, e miseráveis. A emancipação dos coloniais, seja qual for a forma que ela venha a assumir à mesa redonda da discussão — e repito: não nos cumpre predeterminá-la — tem de ser um facto histórico concorrente com a libertação do Povo português.

Para isso é indispensável que os africanos continuem a exercer a pressão máxima possível no sentido da sua libertação, e de plena igualdade de direitos nas negociações com os seus antagonistas: como o povo da Argélia. Apesar de mal organizados, os africanos estão em bem melhores condições de luta do que o povo da metrópole: militam a favor dêles as distâncias, a extensão e natureza do território, a dispersão das fôrças repressivas, e a simpatia do mundo exterior. E, embora lamentando as vítimas das chacinas angolanas (que provocam rios de lágrimas de crocodilo no Terreiro do Paço), tenhamos presente que elas são o fruto, aliás benvindo, da rigidez, imprevidência e crueldade do regime de Salazar, que vem atirando para Angola com dezenas de milhares de portuguêses impreparados, ignorantes ra realidade africana, e obcecados pela "patriotismo da fome".

A verdade, em que doa reconhecê-lo, é que a libertação dos portugueses depende — direta e indiretamente, positiva e negativamente, agora e no futuro — muito mais da emancipação dos coloniais, do que a destes da nossa. A nossa luta é a luta deles, e a solução emancipadora só poderá restituir Portugal à sua própria liberdade, e a um novo nível de prestígio humano e cultural entre as nações. O que nos é preciso, antes de tudo, é acabar com as sagradas mentiras de que Salazar é a personificação terminal.

Democratas, se o somos, o nosso princípio orientador só pode ser um: **Mais liberdade, mais dignidade, e mais pão — para os portuguêses de Portugal e para os africanos.**

O nosso dilema está posto, e é claro e simples:

Ou reconhecemos a prioridade do direito dos povos a disporem de si próprios, e a organizarem com responsabilidade o seu destino — sejam êles brancos, negros ou pardos —, ou renegaremos a Democracia, e com ela o direito a reclamar a nossa própria liberdade.

(*) É justamente através da oposição dos dois sistemas que disputam a liderança da emancipação dos povos coloniais, que esta se vem processando: ou graças a ela. Nem se pode dizer sequer (como Salazar) que Portugal esteja a pagar o "pato" da conciliação americano-soviética, pois tudo parece indicar que a guerra fria subiu ao rubro logo após o voto concordante dos dois gigantes, no Conselho de Segurança, sobre o caso de Angola. A este respeito dizia "L'Express", de Paris no dia 23 de março, com lúcida inteligência:

"Na era da administração Kennedy, pode-se dizer que russos e americanos disputam os favores do Governo Provisória da República Argelina. O voto recente dos EUA sobre o caso de Angola mostrou até que Kennedy se preocupa mais com a reputação anticolonialista do seu país, no terceiro mundo, do que com a participação de Portugal no Pacto do Atlântico. (Esse voto) É uma data na história da política externa dos EUA."

Proposta Uma Conferencia Europeia Para Anistia Em Portugal

Durante a Conferencia da Europa Ocidental para a Anistia aos Prêsos e Exilados Politicos Espanhóis, realizada em Paris nos dias 25 e 26 de março de 1961, a intervenção da delegação portuguêsa e a distribuição por ela feita de documentação sôbre a repressão levada a efeito pelo regime de Salazar contra os democratas portuguêses suscitou um movimento de opinião que culminou com a iniciativa de ser proposta a realização ainda em 1961 de uma Conferência da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Politicos Portuguêses.

No próximo numero de **"Portugal Democratico"** publicaremos em separata o relato do que foi a Conferência da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Politicos Espanhóis, bem como documentação apresentada pelos representantes portuguêses àquela Conferência.

Hoje limitar-nos-emos a transcrever a Declaração que é na essência uma Convocatória da Conferência para Anistia em Portugal.

DECLARAÇÃO:

Os abaixo assinados que participaram da Conferência da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Politicos Espanhóis, e verificaram o fundamento de suas razões de ser e o seu êxito;

tomando ao mesmo tempo conhecimento das Conferências Latino-Americanas já realizadas, em São Paulo e Montevidéu para a Anistia em Portugal e na Espanha;

considerando sobretudo que em Portugal a violação dos Direitos do Homem e do Cidadão a existência de presos politicos há dezenas de anos, torna a situação essencialmente semelhante á da Espanha;

declaram estar de acôrdo em promover com o concurso de outras personalidades, a realização de uma Conferência semelhante na Europa Ocidental para a Anistia em Portugal ainda no ano de 1961.

SUECIA: SONIA BRANTING, escritora; SVENTE FOERESTER, escritor; AXEL JANAS, editor da "Grafisk Revy" — **GRÃ-BRETANHA:** G. N. MOON, da Associação dos Agricultores; J. A. HARLEY, da União dos Gráficos; JOAN W. TOCHER, engenheiro, P. ABRAMS, professor da Univ. de Cambridge; CLIVE JENKINS, Secretario Geral das Trade-Unions; H. C. JEWERS, estivador; BETTY SINCLAIR, Sec. das Trade-Unions da Irlanda; STANLEY BOULTON, farmaceutico; JOE NORMAN, metalurgico; B. BIRNBERG, escritor — **ITALIA:** BIANCA GUIDETT SERRA, advogado; SERGIO ROISSO, comerciário; BOIARDI ERASMO, est. universitário; GIANA DE MICHELIS, est. universit.; ACHILLE OULETTO, estudante universit.; EMILIO LOPANE, rep. do Partido Radical Italiano; LUGO PORRO, escritor; VALERIO ZUSLINI, cineasta; UGO PIRRO, jornalista — **REP. FED. ALEMÃ:** MICHEL KARNER, comerciante; KARL SAUER, escritor; Prof. MARIA KLARA FASSBINDER, professora Universitaria; SIEGFRIED EINSTEIN, escritor — **SUISSA:** ERNST LINGGI, antiquario e livreiro, e outros.

No próximo dia 6 de maio às 21 hs. o Delegado do CENTRO REPUBLICANO PORTUGUES, DO COMITÊ DOS INTELECTUAIS PRO LIBERDADE DE EXPRESSÃO e do nosso jornal, fará o relato da Conferência da Europa Ocidental para a Anistia aos Exilados e Presos Politicos Espanhóis, realizada em Paris, e ainda relatará os acontecimentos que culminaram na proposta para a realização de Conferência semelhante para a Anistia em Portugal.

UM DOCUMENTO HISTORICO

Em Lisboa, 160 democratas de todas as tendencias, organizaram uma Frente Unida para disputar as eleições e pedir uma Anistia imediata e o fim da Censura. Esta Frente, encabeçada pelo Dr. Arlindo Vicente, ex-candidato às eleições para a Presidência da República em 1958, divulgou, em 10 de Fevereiro de 1961, o seguinte documento:

DECLARAÇÃO

Em face do comunicado, vindo a público, em que os destacados democratas Prof. Mario de Azevedo Gomes, Dr. Acacio Gouveia e Dr. Eduardo de Figueiredo, dão conta ao país de uma importante e oportuna diligência efetuada junto do Presidente da República, entendem os signatários, do seu dever tornar pública a seguinte declaração:

1) —Apoiam e aderem totalmente à reclamação nela efetuada — DOTAR IMEDIATAMENTE A NAÇÃO COM UM GOVERNO CAPAZ DE INSPIRAR CONFIANÇA AO PAÍS, LIBERTO DAS ATUAIS RESPONSABILIDADES, E EM CUJO PROGRAMA SE INSCREVA, COMO PRIMEIRA CONDIÇÃO DE VIDA SÃ, A RESTITUIÇÃO AOS PORTUGUESES DAS LIBERDADES FUNDAMENTAIS.

2) — Que reputam absolutamente inadiável para a salvaguarda dos interesses nacionais —e como primeira consequência seja imediatamente promulgada uma VERDADEIRA ANISTIA, que restitua à liberdade todos os presos políticos e reintegre nos seus direitos de cidadania todos os portugueses que deles foram privados por oposição à atual situação política; seja imediatamente decretada a ABOLIÇÃO DA CENSURA, pois antes de mais, e além de todas as justificações próprias dos legítimos direitos dos cidadãos, está a censura a servir interesses que sobrepondo-se ao Nacional, privam o Povo Português de tomar consciência clara e serena dos problemas que enfrenta o país, e impossibilitam o estudo das verdadeiras soluções que podem e devem ser encaradas no respeito dos direitos Humanos e da Paz dos Povos.

3) — Ao mesmo tempo que aguardam a sequência da diligência em curso, e em apoio dela, entendem os signatários que devem unir-se e organizar-se desde já, numa FRENTE ÚNICA, todos os portugueses que, indiferentemente das divergências ideológicas, de concepções sobre o regime político e das convicções religiosas — concordam naqueles objetivos imediatos, propondo-se assim, uma INTERVENÇÃO ATIVA E AMPLAMENTE NACIONAL NAS PROXIMAS ELEIÇÕES DE DEPUTADOS, que deverão realizar-se em novembro do ano corrente, e oposição às listas que venham a ser apresentadas pelo atual governo.

4) —Entendem ainda do seu dever, considerar falhas de realismo e sinceridade, as vozes que, dentro de alguns meios situacionistas, aparentando apelar para a Unidade Nacional e em nome da salvação da Pátria, atuam realmente na manutenção duma prepotência que mantém afastada dos seus direitos fundamentais a imensa maioria dos cidadãos portugueses. Tal atitude essencialmente contraditória, ameaça levar-nos à ruína Nacional ou ao surto da violência e desrespeito dos meios constitucionais — consequências pelas quais terão que assumir a responsabilidade, perante o Povo Português e perante a História Pátria, todos aqueles que julgam poder continuar a iludir as realidades nacionais.

Ao contrário, e em conclusão, consideram o êxito da diligência ora tomada, única e capaz de restituir à Pátria Portuguesa a verdadeira UNIDADE NACIONAL indispensável à continuação gloriosa da nossa História, no caminho da Paz, da Concordia de todos os Portugueses e da amizade de todos os Povos.

Endereços de Assinantes

PORTUGAL DEMOCRATICO

Rua Conselheiro Furtado, 191
São Paulo, Brasil

DIRETOR RESPONSAVEL
Otávio Martins de Moura

CONSELHO DE REDAÇÃO

João Sarmento Pimentel
Presidente de Honra

Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena, Manuel Sertório, Paulo de Castro, Vitor Ramos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Cruz, Carlos Neves, Francisco Lopes, Manuel Ferreira Moura, Silvério da Costa Lettra

REPRESENTANTES

RIO DE JANEIRO — SUCURSAL: — Av Rio Branco, 185 — — Gr. 509 — Edif. Marquês de Herval — Telefone: 22-9224 — ROMAX IMP. EXP. LTDA.
FORTALEZA: Dr. Carlos d'Alge — Rua Senador Pompeu, 832 — Fortaleza — Ceará
JUIZ DE FORA: Manuel Augusto Soares d'Oliveira — Rua Marechal Deodoro, 334 — Juiz de Fora (M. G.)
BELO HORIZONTE: Virgolino Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 390 — sala 304 — Caixa Postal 24 — Belo Horizonte — (Minas Gerais)
PORTO ALEGRE: Fernando Temudo de Almeida Soares — Edif. Chaves, 12.°, s/1201 — Caixa Postal 2.559 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul
SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, nº 1 — Edifício Sulacap, 215 — Salvador (Bahia).
INGLATERRA: Grupo de Portuguêses Democratas da Inglaterra (GPDI) 4, Sherwood Gardens. Barking, Essex.
CANADÁ: Comitê dos Portuguêses Democratas do Canadá — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá
FRANÇA: Tomás Ferreira Rato, 29 Rue St. André des Arts — Paris, 6.me.
VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguêsa — Apartado 8287 — Caracas
ARGENTINA — Joaquim dos Santos — Calle de Los Llanos, 1790 — DOCK SUR — Avellaneda — Buenos Aires
URUGUAI — Agrupação de Portuguêses Democratas — Colónia 1.013 — P. 7 — Montevideu
CHECOSLOVÁQUIA: Manuel Nunes — Konevova, 160 — Ziskov — Praha —

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Numero avulso: Cr$ 10,00
Assinatura anual: Cr$ 300,00
Assinatura especial: Cr$ 500,00
Ass. p/ o Exterior: U.S. 5,00

Ano V - Nº 48 - Maio de 1961

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

Negado Passaporte a Casais Monteiro

O Consulado de Portugal negou visto ao passaporte do escritor e poeta português Adolfo Casais Monteiro, alegando que êle é anti-salazarista. Casais Monteiro, que deseja viajar à Europa "apenas para rever o filho e a mãe", dos quais está separado há sete anos, recorrerá agora ao Itamarati, para obter passaporte "amarelo" que o Ministério das Relações Exteriores concede a estrangeiros, em casos de viagem especial.

Recentemente, o consulado de Portugal negara visto ao passaporte do escritor e jornalista Paulo de Castro, que obteve posteriormente, do Itamarati, passaporte "amarelo" para viajar.

O nosso companheiro do Conselho de Redação Adolfo Casais Monteiro, que é colaborador de "O Estado" e de vários jornais nacionais e estrangeiros, foi revalidar seu passaporte e obter visto para viajar à Europa.

O escritor "estranha" a recusa do visto, porque não tem intenção de voltar a Portugal e não está "coordenando nenhum golpe" contra Oliveira Salazar.

Finalmente, o escritor foi informado no consulado de que seu visto havia sido negado, embora um funcionário chegasse a lhe sugerir que "escrevesse ao primeiro-ministro para lhe pedir o visto", limitando-se Casais Monteiro a sorrir, em resposta.

Aos Leitores

Por absoluta falta de espaço adiamos para Junho a publicação de mais um interessante artigo de M. Reis sôbre as lutas entre os comendadores fascistas de S. Paulo, e, também, uma transcrição do "Anhembi" sôbre o caso do "Santa Maria".